



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

(Projeto de Lei nº 02/2016-CN)

RECIBOS E ATAS DAS EMENDAS COLETIVAS

Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

1. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
2. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
3. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
4. Comissão de Cultura
5. Comissão de Defesa do Consumidor
6. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
7. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
8. Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
9. Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
10. Comissão de Desenvolvimento Urbano
11. Comissão Diretora da Câmara dos Deputados
12. Comissão de Direitos Humanos e Minorias
13. Comissão de Educação
14. Comissão do Esporte
15. Comissão de Finanças e Tributação
16. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
17. Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
18. Comissão de Legislação Participativa
19. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
20. Comissão de Minas e Energia
21. Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
22. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
23. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
24. Comissão de Seguridade Social e Família
25. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
26. Comissão de Transparência e Governança Pública
27. Comissão de Turismo
28. Comissão de Viação e Transportes



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	450
2	2100	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	500.000
3	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	337

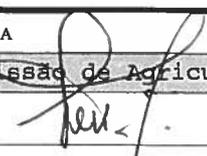
EMENDA AO TEXTO

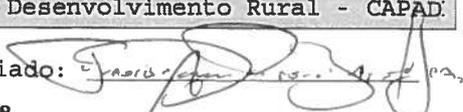
NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Artigo 96 Parágrafo 5	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	1
Total	4

AUTOR DA EMENDA

5010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPAD

Autor: 

Credenciado: 

Chave de Segurança: 56067

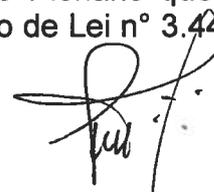
Lote: 10018

7688

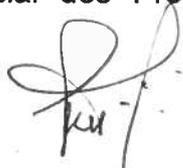
55ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA)
REALIZADA EM SEIS DE JULHO DE 2016.**

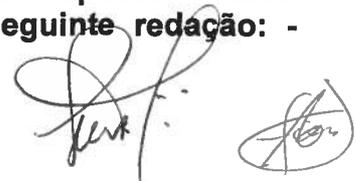
Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6, da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da pauta. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Lázaro Botelho - Presidente; Celso Maldaner e Dilceu Sperafico - Vice-Presidentes; André Abdon, Assis do Couto, Bohn Gass, César Messias, Dagoberto, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, Evandro Roman, Expedito Netto, Francisco Chapadinha, Guilherme Coelho, Heitor Schuch, Irajá Abreu, Jerônimo Goergen, João Daniel, João Rodrigues, Jony Marcos, Josué Bengtson, Luis Carlos Heinze, Luiz Cláudio, Luiz Nishimori, Marcelo Aro, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Nivaldo Albuquerque, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Balestra, Sergio Souza, Tereza Cristina, Valdir Colatto, Valmir Assunção, Walter Alves, Zé Carlos, Zé Silva e Zeca do Pt - Titulares; Alceu Moreira, Beto Rosado, Carlos Melles, César Halum, Davidson Magalhães, Diego Andrade, Duarte Nogueira, Giovani Cherini, Hélio Leite, Jorge Boeira, Luciano Ducci, Marcos Montes, Mário Heringer, Miguel Lombardi, Nelson Marquezelli, Newton Cardoso Jr, Padre João, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raquel Muniz, Remídio Monai, Renzo Braz, Rocha e Wilson Filho – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Edinho Bez, Márcio Marinho, Mariana Carvalho, Sérgio Brito, Silas Freire e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adilton Sachetti, Afonso Hamm, Alberto Fraga, Beto Faro, Magda Mofatto, Odelmo Leão e Rogério Peninha Mendonça. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente em exercício, Deputado Celso Maldaner, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Oitava Reunião Ordinária (Audiência Pública) e da Nona Reunião Ordinária (Deliberativa), realizadas em catorze e quinze de junho de 2016, respectivamente, tendo solicitado ao Secretário que procedesse à leitura. O Deputado Zé Silva solicitou a dispensa da leitura das atas, porém o Deputado João Daniel requereu a leitura da ata. O Presidente solicitou ao Deputado João Daniel que procedesse a leitura das atas. O Deputado Bohn Gass sugeriu acordo para retirar o pedido de leitura das atas e submeter à apreciação as emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017 PL 02/2016-CN e, posteriormente, submeter à votação dos itens constantes da pauta, sobre os quais não havia acordo. Manifestaram-se os deputados Evandro Roman, Zé Silva, Irajá Abreu, João Rodrigues, Marcon e Davidson Magalhães. O acordo firmado para esta reunião seria a votação das emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 e a retirada de pauta, desta reunião, de todos os Projetos de Decreto Legislativo. Em votação, as Atas foram aprovadas unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou o Plenário que no dia quinze de junho do vigente, designou a relatoria do Projeto de Lei nº 3.446/2015

ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, do Projeto de Lei nº 4.672/2016 ao Deputado Walter Alves, do Projeto de Lei nº 5.352/2016 ao Deputado Heitor Schuch, do Projeto de Lei nº 5.410/2016 ao Adilton Sachetti, do Projeto de Lei nº 5.449/2016 ao Deputado Nelson Meurer, do Projeto de Lei nº 5.473/2016 ao Deputado Irajá Abreu e do Projeto de Lei nº 5.518/2016 ao Deputado Beto Rosado; no dia vinte e um de junho, designou a relatoria do Projeto de Lei nº 4.578/2016 ao Deputado Raimundo Gomes de Matos; e no dia cinco de julho, designou a relatoria do Projeto de Lei nº 5.651/16 ao Deputado Guilherme Coelho, do Projeto de Lei nº 5.650/16 ao Deputado Jerônimo Goergen, do Projeto de Lei nº 3.859/15 ao Deputado Nelson Meurer, do Projeto de Lei nº 5.674/16 ao Deputado Odeldo Leão e do Projeto de Lei nº 2.334/15 ao Deputado Rocha. **ORDEM DO DIA:** Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente submeteu à apreciação os seguintes itens: **A - Discussão e votação de emendas à LDO:** Propostas de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – PL 2/2016-CN: **1)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária; **2)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Assistência Técnica e Extensão Rural Familiar. Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar; **3)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Fomento ao setor agropecuário – MATOPIBA/OEPAS. Programa: 2077 Agropecuária sustentável; **4)** Emendas ao Texto da Lei. Ementa: MATOPIBA – Prioridade para Concessão de Empréstimos ou Financiamentos. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei - Artigo 96 Parágrafo 5. Texto Proposto: “Inclui-se novo inciso ao parágrafo 5º do art. 96, com a seguinte redação: - Considerar como prioritárias, a concessão de empréstimos ou financiamentos que atendam empreendimentos integrantes do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA.” Foram recebidas as seguintes Sugestões de Emendas propostas pela Deputada Professora Dorinha: **5)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Agricultura Familiar. Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar; **6)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - MATOPIBA. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; **7)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária. Foram recebidas as seguintes Sugestões de Emendas propostas pela Deputada Magda Mofato: **8)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Agricultura Familiar. Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar; **9)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - MATOPIBA. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; **10)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais. Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar; **11)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Programa: 2029 Desenvolvimento Regional e Territorial; **12)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; **13)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Desenvolvimento Econômico e Social dos Produtores

Rurais. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; **14)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Fomento ao Setor Agropecuário. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; **15)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária; **16)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar; **17)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: CAPADR – Redução de Riscos na Atividade Agropecuária; Programa: 2077 Agropecuária Sustentável; e **18)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária. Foram recebidas as seguintes Sugestões de Emendas propostas pelo Deputado Evair de Melo: **19)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Assistência Técnica e Extensão Rural. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária. Foi recebida a seguinte Sugestão de Emenda proposta pelo Deputado Hélio Leite: **20)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Comissão de Agricultura. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária; **21)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Comissão de Agricultura. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária. Discutiram a matéria os Deputados Zé Silva; Valdir Colatto; que sugeriu a alteração da emenda número três (03) para “Fomento ao setor agropecuário” com a exclusão da expressão “MATOPIBA/OEPAS”; Irajá Abreu; Bohn Gass; Domingos Sávio; Luis Carlos Heinze. O Deputado Celso Maldaner passou a condução dos trabalhos ao Deputado Nelson Marquezelli. Continuando a discussão, usaram da palavra os Deputados Evair de Melo, João Rodrigues e Padre João. O Deputado Nelson Marquezelli passou a condução dos trabalhos ao Deputado Luis Carlos Heinze. Prosseguindo a discussão, usaram da palavra a Deputada Tereza Cristina e os Deputados Marcon e João Daniel. **Submetidas à votação, foram aprovadas unanimemente as quatro emendas com a alteração proposta à emenda número três, a seguir: Propostas de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – PL 2/2016-CN: 1) Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária. Ação: 20Y6 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Produto (unidade de medida): Pesquisa desenvolvida (unidade). Acréscimo de meta: 450; 2) Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Assistência Técnica e Extensão Rural Familiar. Programa: 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar. Ação: 2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar. Produto (unidade de medida): Agricultor assistido (unidade). Acréscimo de meta: 500.000; 3) Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Fomento ao setor agropecuário. Programa: 2077 Agropecuária Sustentável. Ação: 20ZV Fomento ao Setor Agropecuário. Produto (unidade de medida): Projeto apoiado (unidade). Acréscimo de meta: 337; 4) Emendas ao Texto da Lei. Ementa: MATOPIBA – Prioridade para Concessão de Empréstimos ou Financiamentos. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei - Artigo 96 Parágrafo 5º. Texto Proposto: “Inclui-se novo inciso ao parágrafo 5º do art. 96, com a seguinte redação: -**



Considerar como prioritárias, a concessão de empréstimos ou financiamentos que atendam empreendimentos integrantes do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA." Prosseguindo a reunião, o Presidente anunciou o próximo item da pauta: **B - Matéria Sobre a Mesa: 1 - REQUERIMENTO Nº 274/16 - do Sr. Evandro Roman - que "Requeiro a Vossa Exceência, nos termos do art. 50, §1º, do Regimento Interno, a inversão da ordem dos trabalhos, para deliberar sobre o Projeto de Lei nº 3.068/15, de autoria do Dep. Sérgio Brito como o primeiro item da Ordem do Dia."** Discutiram o referido requerimento os Deputados Davidson Magalhães, Evandro Roman e João Daniel. Em votação, o requerimento foi aprovado contra os votos dos Deputados Marcon, Bohn Gass, João Daniel, Padre João e Davidson Magalhães. O Deputado Bohn Gass solicitou a verificação da votação. Iniciada a votação nominal, o Partido dos Trabalhadores declarou-se em obstrução. Encerrada a votação nominal, foram computados dezenove votos favoráveis ao requerimento. Não havendo número regimental, o Presidente declarou prejudicada a votação e encerrou a reunião. Os demais itens constantes da pauta deixaram de ser apreciados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e vinte e seis minutos, antes, porém, convocou os membros a participarem de Reunião Ordinária de Audiência Pública, amanhã, dia sete de julho do corrente, às dez horas, no Plenário 6 do Anexo II desta Casa, para "discutir a liberação de Empréstimos do Governo Federal – EGF – para as agroindústrias inspecionadas por Sistema de Inspeção Municipal – SIM". E, para constar, eu, Francisco Alexandre Pierre Barreto Lima, Secretário-Executivo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Lázaro Botelho, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxx



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20UQ	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	100
2	20ZB	Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital	100
3	20ZB	Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital	10

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Item 64	Aditiva
5	Item 64	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	2
Total	5

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 03291

Lote: 10049

3597

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 6 de julho de 2016.**

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados. O painel eletrônico registrou a presença dos Deputados Alexandre Leite - Presidente; Afonso Motta, Bilac Pinto, Celso Pansera, Eduardo Cury, Fabio Reis, Franklin Lima, José Nunes, Luiza Erundina, Marcelo Aguiar, Margarida Salomão, Missionário José Olímpio, Roberto Alves, Sandro Alex, Sibá Machado, Silas Câmara e Victor Mendes - Titulares; Alexandre Valle, Claudio Cajado, Fábio Sousa, Fernando Monteiro, Flavinho, Goulart, Izalci, Josué Bengtson, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Milton Monti, Nelson Meurer, Rômulo Gouveia, Severino Ninho, Sóstenes Cavalcante e Vitor Valim – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Lobbe Neto, Miguel Haddad e Pedro Cunha Lima, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Erivelton Santana, Fábio Faria, Francisco Floriano, Gilberto Nascimento, Hélio Leite, Heráclito Fortes, Jhc, Jorge Tadeu Mudalen, Luciana Santos, Luis Tibé, Marcos Soares, Renata Abreu, Tia Eron, Vitor Lippi, Walney Rocha e Wladimir Costa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos **ORDEM DO DIA: A) Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias PL 02/2016 - CN: 1 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 1/16** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "propõe a inclusão no Anexo de Metas e Prioridades a ação 20ZB Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital. Meta 100". Não houve discussão. Em votação **APROVADA.** **2 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 2/16** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "propõe a inclusão no Anexo de Metas e Prioridades a Ação 20UQ Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável". Não houve discussão. Em votação, **APROVADA.** **3 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 3/16** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "propõe a inclusão no Anexo de Metas e Prioridades a Ação 20ZB apoio a Iniciativas de Inclusão Digital. Meta: 10". Não houve discussão. Em votação, **APROVADA.** **4 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 4/16** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "propõe acréscimo ao Anexo III do PLDO 2017 - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União", a Seção II com a seguinte redação: II. Demais despesas ressalvadas 1. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e 2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)". Não houve discussão. Em votação, **APROVADA.** **5 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 5/16** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "propõe acréscimo ao Anexo III do PLDO 2017 - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União", a Seção II com a seguinte redação: II. Demais despesas ressalvadas 1. Despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica". Não houve discussão. Em votação, **APROVADA.** O Presidente suspendeu a reunião para a elaboração da Ata. O senhor Deputado

Marcelo Aguiar solicitou a dispensa da leitura da Ata. O Plenário aprovou a solicitação. Em votação, a Ata foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dez horas e quarenta e oito minutos. E, para constar, eu , Calebe Nunes Silva – Secretário-executivo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alexandre Leite , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público	100
2	210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	400
3	20UF	Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	150

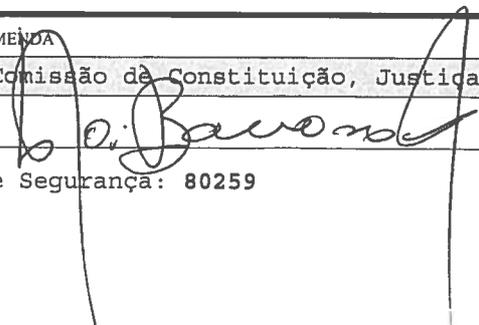
EMENDA AO TEXTO

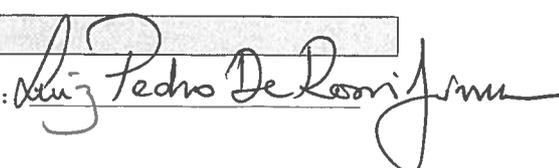
NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Artigo 36	Aditiva
5	Artigo 53 Parágrafo 1	Aditiva
6	Artigo 99	Aditiva
7	Artigo 121	Aditiva
8	Inciso VIII Alinea b	Modificativa
9	Artigo 95	Modificativa
10	Artigo 99 Parágrafo 3	Modificativa
11	Artigo 123	Modificativa

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	8
Total	11

AUTOR DA EMENDA

6003 - Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

Autor: 

Credenciado: 

Chave de Segurança: 80259

Lote: 10067



ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2016.

Às dezesseis horas e quatro minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Romero Jucá, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN N° 02, DE 2016 – CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”, nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI N° 02/2016-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017). O Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator “Ad Hoc” apresenta o Relatório sobre as 73 (setenta e três) Emendas de Inclusão de Meta e as 8 (oito) Emendas ao Texto da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução n° 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas: Emendas de inclusão de meta n°s 1 a 3 e Emendas de Texto n°s 1 a 8. **EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa:** 8010 – Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público; **Programa:** 2100 – Aprimoramento do Ministério Público. **Ação:** 8010 – Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público; **Órgão:** Ministério Público Federal; **Produto (unidade de medida):** Estratégia cumprida (%); **Acréscimo de meta:** 100; **Justificativa:** Esta emenda objetiva conferir prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias à atuação do Ministério Público Federal, cujo função é promover a realização da Justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito. A autonomia institucional e financeira do órgão é fundamental para que o MPF cumpra, com transparência e efetividade, sua missão constitucional. **Emenda 2: Ementa:** 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; **Programa:** 2016 – Política para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência; **Ação:** 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; **Órgão:** Ministério da Justiça; **Produto (unidade de medida):** Serviço apoiado; **Acréscimo de meta:** 400; **Justificativa:** Assessoria técnica e financeira a Estados e Municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência e adequação dos serviços não especializados. Realização de eventos para discussão da temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral. Divulgação dos serviços e realização de campanhas. Desenvolvimento de material educativo e de matriz pedagógica para qualificação dos profissionais e elaboração de diretrizes para o funcionamento adequado dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tais iniciativas visam aperfeiçoar os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência. Base legal: Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei complementar 119, de 19 de outubro de 2005, que inclui a manutenção das casas abrigo no Fundo Penitenciário Nacional, e Lei Complementar n° 79/94 (artigo 3º, inciso XIV). **Emenda 3: Ementa:** Ação 20UF - Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; **Programa:** 2065 - Proteção e Promoção

dos Direitos dos Povos Indígenas; **Ação:** 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados; **Órgão:** Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio - FUNAI; **Produto (unidade de medida):** Terra indígena protegida; **Acréscimo de meta:** 150; **Justificativa:** Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas, por meio de ações de vigilância e fiscalização, evitando que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas por terceiros, assegurando aos índios a integridade do seu território e do seu patrimônio natural. Comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas: promoção da proteção das terras indígenas através da demarcação e regularização fundiária, visando assegurar o direito dos índios, a posse, e o usufruto das terras tradicionais que ocupam e das terras a eles reservadas para o desenvolvimento de atividades econômica e socioculturais. Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados: localização geográfica de índios isolados; manutenção do direito da ocupação tradicional de seus territórios; exercer gestão ambiental e territorial em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato: Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implantação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. **EMENDAS DE TEXTO: Emenda 1: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei - Artigo 36; **Ementa:** CDH - CAS - CCJ - C Futuro - Reajuste do Aposentados GFIP; **Texto Proposto:** "Acrescenta após o artigo 36, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art. 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social GFIP. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário. " **Justificativa:** Há muito urge a implantação de uma política de valorização de todos os benefícios previdenciários, já que, nos últimos anos, apenas aqueles equivalentes a um salário mínimo têm sido objeto de reais elevações. Ao longo dos anos, a discrepância entre as correções concedidas aos benefícios equivalentes ao salário mínimo e as concedidas aos benefícios cujos valores superam este patamar conduziu a um achatamento inaceitável das rendas dos aposentados e pensionistas. Isso tem que acabar. Todos merecem a mesma valorização de suas rendas. A presente emenda representa uma proposta factível para essa correção comum, que, em função da política de valorização do salário mínimo em curso, não descarta aumentos adicionais que venham a ser concedidos aos benefícios que equivalem ao piso salarial de nossa economia. A proposta é vincular a valorização comum de todos os benefícios previdenciários ao crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. Assim, todo crescimento real observado nas remunerações dos empregados ativos, ao longo de determinado ano, passa a ser igualmente concedida aos aposentados e pensionistas no segundo ano subsequente. Com isso, vincula-se a renda dos trabalhadores ativos e inativos, impedindo, assim, que estes últimos deixem de acompanhar as melhorias observadas no mercado de trabalho do País. **Emenda 2: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da Lei – § 1º do art. 53; **Ementa:** TCU - Incluir Inciso ao Paragrafo Primeiro do Artigo 53. **Texto Proposto:** "V - demonstrativos das parcelas dos limites de movimentação e empenho vinculadas ao cumprimento dos gastos mínimos constitucionais com Saúde e com Educação, detalhadas por indicador de resultado primário. " **Justificativa:** Atualmente, a falta da informação da limitação de empenho e movimentação financeira que incide, especificamente, sobre as dotações destinadas ao cumprimento dos mínimos constitucionais de Saúde e de Educação impede que se avalie, objetivamente, a eventual impossibilidade de se efetuar um contingenciamento superior ao montante já efetivado, não permitindo aferir se era ou não possível ampliar o montante contingenciado; **Emenda 3: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 99; **Ementa:** TCU - Incluir Paragrafo Quinto ao Artigo 99; **Texto Proposto:** "§ 5º Para fins do disposto no art. 14, inciso II e § 2º, da Lei Complementar 101/2000, a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas é considerada cumprida: I - a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a

noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício; II - a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de medida provisória, na data de conversão da medida provisória em lei, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício.”; **Justificativa:** O entendimento sobre o período de referência do efeito das medidas de compensação já fora expresso pelo TCU no âmbito do Acórdão 747/2010-TCU-Plenário. Naquela oportunidade, destacou-se que as medidas de compensação requeridas pelo inciso II do art. 14 da LRF devem vigor no exercício em que iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, haja vista que os três exercícios correspondem ao mesmo período abrangido pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia requerida pelo caput do art. 14 da LRF. Assim, pode-se afirmar que: a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas é considerada cumprida a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício. Em complemento, entende-se que, se a elevação de alíquota for promovida por meio de medida provisória, a medida de compensação restará implementada, para fins do disposto no art. 14, inciso II e § 2º, da LRF, somente a partir da data de conversão da medida provisória em lei. Essa tese foi firmada no âmbito do Acórdão 263/2016-TCU-Plenário, e sua incorporação ao texto da LDO 2017 reforçará o comando aos Poderes Executivo e Legislativo – responsáveis pelo processo de instituição das renúncias. **Emenda 4: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 121; **Ementa:** TCU - Incluir novo Artigo 121 ao projeto e renumerar os Artigos seguintes; **Texto Proposto:** “Art. 120. (...) Art. 121. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da LRF encaminharão ao Tribunal de Contas da União os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre. §1º Para fins de elaboração do Relatório de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo publicará, até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.”; **Justificativa:** O referido texto visa regulamentar o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), obrigando os órgãos relacionados no art. 20 da LRF a enviarem ao Congresso Nacional e ao TCU os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) a que se refere o art. 54 da LRF, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre. Pela LRF, os Poderes e órgãos estão obrigados apenas à publicação dos RGFs (art. 55, § 2º). Não há nenhum mandamento naquela lei que obrigue os órgãos a encaminharem os RGFs ao TCU e à CMO no prazo de trinta dias. No entanto, a Lei de Crimes Fiscais considera como infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei. Tal mandamento vinha constando sempre nas LDOs até 2013, mas não consta no PLDO 2017. Em que pese tais obrigações constarem no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o entendimento é de que a Secretaria do Tesouro Nacional, responsável pelo MCASP e pelo MDF, não tem competência para fixar prazo aos Poderes e Órgãos autônomos. Desse modo, a inclusão do texto proposto no PLDO 2017 tem como objetivo suprir lacuna legislativa, buscando-se a plena validade do inciso I do art. 5º da Lei de Crimes Fiscais. Sugere-se também a inclusão de texto que obriga o Poder Executivo a publicar a Receita Corrente Líquida (RCL) 20 (vinte) dias após o encerramento do quadrimestre, bem como a metodologia e a memória de cálculo de sua evolução. A ausência de prazo legal para a Secretaria do Tesouro Nacional publicar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida pode causar prejuízos aos órgãos incumbidos da publicação do RGF, pois se a RCL não for publicada em tempo hábil ficará inviável o cumprimento do prazo estabelecido no § 2º do art. 55 da LRF, uma vez que sem a RCL torna-se impossível a apuração do nível de comprometimento dos limites de pessoal fixados na LRF. **Emenda 5: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** alínea “b” do item VIII do Anexo II; **Ementa:** TCU - Alterar a redação da alínea “b” do item VIII do Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA 2017; **Texto Proposto:** “(...) VIII - demonstrativos: (...) b) dos efeitos, por região, decorrentes de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, em

cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando-se, separadamente, os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social e das desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.”; **Justificativa:** Considerando a relevância e a materialidade envolvida nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive daquelas financiadas por meio de desonerações tributárias, torna-se necessário evidenciar separadamente esses valores no demonstrativo em questão, com vistas ao atendimento do princípio constitucional da publicidade e ao impacto regional, de acordo com o disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal. **Emenda 6: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 95; **Ementa:** TCU - Alterar o artigo 95 do PLDO 2016; **Texto Proposto:** Fica vedado o reajuste, no exercício de 2016, em percentual acima da variação, no exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2015. Parágrafo único. Para fins de apuração dos valores per capita a que se refere o caput, os órgãos dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando do envio das informações de que trata o inciso XII do Anexo II, cópia dos atos legais relativos aos citados valores praticados em seu âmbito no mês de março de 2015, os quais servirão de base, em conjunto com os quantitativos físicos constantes da Proposta Orçamentária para 2016, para a edição de portaria, pela referida Secretaria, que divulgará o valor per capita da União de que trata o caput.”; **Justificativa:** O congelamento dos valores unitários dos benefícios nos patamares atuais, nos termos apresentados na LDO vigente, traz prejuízos óbvios aos servidores e compromete, de forma cumulativa, os objetivos pretendidos com o pagamento desses benefícios. A expectativa de inflação geral para o ano de 2016 gira em torno de 7,30% (IPCA), o que é pouco, se comparado com o ano de 2015 (10,67%), mas frente a anos anteriores, 2014 (6,41%) e 2013 (5,91%), por exemplo, o incremento é considerável. Segundo o IBGE ao longo dos últimos 10 anos a inflação acumulada do grupo alimentação e bebidas foi de 124,12%, enquanto o índice de inflação oficial no mesmo período sofreu acréscimo de 78,42%. Ou seja, considerando-se que os aumentos concedidos para o valor unitário do benefício auxílio-alimentação nos últimos anos foram baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, as perdas acumuladas para os servidores ao longo do referido período foram enormes. A manutenção da correção inflacionária (IPCA) sobre o benefício é condição indispensável para assegurar minimamente a necessidade alimentícia dos servidores. Com relação ao benefício pré-escolar a situação não é diferente, já que os reajustes aplicados às mensalidades escolares são consistentemente superiores aos índices inflacionários gerais apurados. Como exemplo cita-se o ano de 2016, no qual a inflação de fevereiro teve forte alta em decorrência dos reajustes das mensalidades nas escolas. Certamente em 2017 o mesmo comportamento será observado. **Emenda 7: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da Lei – § 3º do Artigo 99; **Ementa:** TCU - Alterar a redação do parágrafo terceiro do artigo 99; **Texto Proposto:** Suprima-se o texto atual; **Ementa:** § 3º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, metas, indicadores, bem como atender às condições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”; **Justificativa:** Os incentivos ou benefícios de natureza tributária, como instrumentos de financiamento de políticas públicas, devem possuir objetivos, metas e indicadores bem definidos, a fim de tornar tais políticas passíveis de avaliação e de controle de sua eficácia. Além disso, o art. 14 da LRF estabeleceu condições que devem ser observadas quando da instituição desses benefícios fiscais. No entanto, não tem sido observado o cumprimento pleno dessas exigências. **Emenda 8: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 123; **Ementa:** TCU - Incluir novo artigo 123 ao projeto e renumerar os artigos seguintes; **Texto Proposto:** Art. 122. (...) Art. 123. O Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso IX, da Constituição, julgará as contas de 2017 a serem prestadas pelo Presidente da República e apreciará os relatórios de 2017 sobre a execução dos planos de governo até o encerramento da sessão legislativa de 2018.; **Justificativa:** A Constituição estabelece que o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior (art. 84, inciso XXIV). Também de acordo com a Constituição (art. 71, inciso I), compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. Tal apreciação feita pelo TCU visa

auxiliar o Congresso Nacional, titular do controle externo, no desempenho da competência exclusiva de julgar as referidas contas (art. 48, inciso IX). O dispositivo ora proposto visa dar concretude a essa etapa de julgamento, essencial para o devido encerramento do ciclo orçamentário e indispensável para o processo democrático de prestação de contas e de avaliação do desempenho da gestão pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dezesseis horas e oito minutos, do dia seis de julho de dois mil e dezesseis e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que **foi lida e aprovada** e será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADOR JOSÉ PIMENTEL

Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	400
2	20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	4.000
3	5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	100

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Item 64	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	1
Total	4

AUTOR DA EMENDA

5004 - Comissão de Cultura - CCULT

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 66674

Lote: 9880

Lucia P.7208

COMISSÃO DE CULTURA
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2016.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Cultura no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados: Chico D'Angelo - Presidente; Margarida Salomão e Celso Pansera - Vice-Presidentes; Claudio Cajado, Giuseppe Vecci, Jean Wyllys, Jose Stédile, Paulão, Pr. Marco Feliciano, Ronaldo Martins, Sandro Alex, Tadeu Alencar e Tiririca - Titulares; Alice Portugal, Erika Kokay, Flavinho, Luizianne Lins, Moses Rodrigues, Rocha e Severino Ninho – Suplentes. Compareceram também os Deputados: Aelton Freitas, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo Bolsonaro, Evair Vieira de Melo, João Derly, Miguel Lombardi, Pompeo de Mattos, Raquel Muniz e Tenente Lúcio, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados: Cabuçu Borges, Celso Jacob, Efraim Filho, Jandira Feghali, Otavio Leite e Sóstenes Cavalcante. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das 8ª e 9ª reuniões, realizadas nos dias 15 e 21 de junho, respectivamente. Dispensada a leitura, em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou aos senhores membros que foram feitas designações de relatoria nos dias 27 e 28 de junho. **ORDEM DO DIA:** O Presidente anunciou a discussão e votação das sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO apresentadas na Comissão pelos senhores membros, para definição das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Cultura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PL nº 2/2016-CN). O Presidente informou que foram apresentadas três sugestões de emendas de meta e uma sugestão de emenda de texto. Em seguida, passou a palavra para o Deputado Paulão que procedeu a leitura das respectivas proposições. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 01 – Ementa:** Preservação do patrimônio cultural das cidades históricas. **Programa:** 2027 Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento. **Ação:** 5538 Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 02 - Ementa:** Promoção e fomento à cultura brasileira. **Programa:** 2027 Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento. **Ação:** 20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 03 - Ementa:** Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais. **Programa:** 2027 Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento. **Ação:** 14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais. **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO Nº 01: Ementa:** Anexo III.65 -



Inclusão da Política Nacional de Cultura Viva no rol de despesas sem limitação de empenho. Tipo: Aditiva. Referência: Anexo III – Item 64. Texto Proposto: Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018, de 22/07/2014). Submetidas à discussão e votação, foram **APROVADAS POR UNANIMIDADE AS SUGESTÕES DE EMENDAS DE META E DE TEXTO. A - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 59/16** - do Sr. Jean Wyllys e das Sras. Érika Kokay e Alice Portugal - que "requer a realização do 13º Seminário LGBT do Congresso Nacional". A Deputada Erika Kokay subscreveu e fez a leitura do Requerimento. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE. . 2 - REQUERIMENTO Nº 60/16** - das Sras. Marinha Raupp, Carmen Zanotto, Leandre, Dulce Miranda e Soraya Santos - que "requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Educação, e Seguridade Social e Família para apresentação e debates das ações do Governo relacionadas à aplicação das determinações da Lei 13.257/2016 nas políticas públicas pela primeira infância". Os Deputados José Stédile e Érika Kokay subscreveram o Requerimento, lido pela Deputada Érika Kokay. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE. 3 - REQUERIMENTO Nº 61/16** - da Sra. Erika Kokay - que "requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com vistas a discutir os aspectos culturais dos recentes ataques racistas e homofóbicos de grupo extremista contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB)". A autora, Deputada Érika Kokay, leu o Requerimento. Em votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE. B - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE** O presidente propôs a votação em bloco dos projetos da pauta com pareceres favoráveis que tratavam de denominação de ponte e rodovias, capital nacional, inscrição de nome no Livro de Heróis da Pátria, dia nacional e patrono do Brasil, itens 4(quatro) a 16(dezesseis), 18(dezoito) e 21(vinte e um). Aprovada a votação em bloco. Submetidos à votação em bloco, os pareceres dos referidos itens foram aprovados por unanimidade. Após a aprovação das proposições, manifestaram-se os Deputados José Stédile, Pompeo de Matos e Miguel Lombardi. 4 - **PROJETO DE LEI Nº 6.623/13** - do Senado Federal - Eunício Oliveira - (PLS 155/2011) - que "denomina Rodovia "Padre Cícero Romão Batista" o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará, e a divisa do Estado do Ceará com o Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MOSES RODRIGUES. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do Substitutivo 1 da CVT. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 5 - PROJETO DE LEI Nº 743/15** - do Sr. Miguel Lombardi - que "confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada". RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 6 - PROJETO DE LEI Nº 884/15** - do Sr. Rocha - que "altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, denominando "Rodovia Oleir Messias Camelli " o trecho da BR-364, no Estado



do Acre". RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES. PARECER: pela aprovação, com emendas. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 7 - PROJETO DE LEI Nº 1.906/15** - do Sr. Pompeo de Mattos - que "inscreve o nome de João Belchior Marques Goulart no Livro dos Heróis da Pátria e dá outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera Lei nº 11.597, de 2007. RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE. PARECER: pela aprovação, com emenda. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 8 - PROJETO DE LEI Nº 2.328/15** - do Sr. Valadares Filho - que "inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis da Pátria". RELATOR: Deputado PAULÃO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 9 - PROJETO DE LEI Nº 2.408/15** - do Sr. Ronaldo Martins - que "inscreve o nome de Martin Soares Moreno no Livro dos Heróis da Pátria". RELATOR: Deputado MOSES RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 10 - PROJETO DE LEI Nº 2.603/15** - do Sr. João Derly - que "denomina "Ponte Lupicínio Rodrigues" a ponte sobre o rio Gravataí construída na rodovia BR-448, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 11 - PROJETO DE LEI Nº 3.052/15** - do Sr. Julio Lopes - que "institui o Dia Nacional do Profissional de Logística". RELATOR: Deputado CELSO JACOB. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 12 - PROJETO DE LEI Nº 3.464/15** - do Sr. Washington Reis - que "confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho". RELATOR: Deputado OTAVIO LEITE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 13 - PROJETO DE LEI Nº 3.780/15** - do Sr. Afonso Hamm - que "institui o "Dia Nacional da Ovinocultura"". RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 14 - PROJETO DE LEI Nº 3.908/15** - do Sr. Afonso Hamm - que "institui o Dia Nacional do Plantio Direto". RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 15 - PROJETO DE LEI Nº 4.301/16** - da Sra. Janete Capiberibe - que "inscreve o nome de Rubens Beyrodt Paiva no "Livro dos Heróis da Pátria"". RELATOR: Deputado CHICO D'ANGELO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 16 - PROJETO DE LEI Nº 4.368/16** - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis da Pátria". RELATOR: Deputado CELSO PANSERA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 17 - PROJETO DE LEI Nº 4.453/16** - dos Srs. Valmir Assunção e Janete Capiberibe - que "inscreve no "Livro dos Heróis da Pátria" o nome de Carlos Marighella". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela aprovação, com emenda. Os Deputados José Stédile e Alice Portugal apresentaram requerimento de retirada de pauta da Matéria. Manifestaram-se os Deputados Eduardo Bolsonaro e Alice Portugal. Em votação, foi aprovado o requerimento.





RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	2334	Proteção e Defesa do Consumidor	50
2	2334	Proteção e Defesa do Consumidor	1

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
3	Artigo 5	Aditiva
4	Item 64	Aditiva

Emendas Meta	2
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	2
Total	4

AUTOR DA EMENDA

5013 - Comissão de Defesa do Consumidor - CDC

Autor: el DAM

Chave de Segurança: 91201

Credenciado: Manoel Adolpho Barros

Lote: 9826

P- 6566



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

ATA DA OITAVA REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2016.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e trinta e seis minutos, no plenário oito do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, sob a presidência do Deputado Marco Tebaldi, Presidente, a Comissão de Defesa do Consumidor para apreciação dos itens constantes da pauta. **Compareceram** os Deputados Marco Tebaldi – Presidente, Nelson Marchezan Junior e Maria Helena – Vice-Presidentes; Dimas Fabiano, Eros Biondini, Iracema Portella, Ivan Valente, José Carlos Araújo, Severino Ninho, Vinicius Carvalho e Weliton Prado – titulares; Aureo, Bruno Covas, Cabo Sabino, Elizeu Dionizio, Júlio Delgado, Marcelo Belinati e Márcio Marinho – suplentes. **Deixaram de comparecer** os Deputados Antônio Jácome, Celso Russomanno, César Halum, Eli Corrêa Filho, Eliziane Gama, Jovair Arantes, Marcos Rotta e Ricardo Izar. Compareceram, ainda, os Deputados Mariana Carvalho e Moses Rodrigues, não membros da Comissão. Abertos os trabalhos, o Presidente submeteu à Comissão a **ATA** da sétima reunião, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas cópias. Em votação, foi a Ata **aprovada**, sem observação. Passou-se à **ORDEM DO DIA**: Discussão e votação de Sugestões de Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor ao PLN Nº 2/2016 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017. Inicialmente, o Presidente comunicou aos Deputados o encaminhamento à Comissão das seguintes Sugestões de Emendas da Comissão ao Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017: Emendas ao texto: Sugestão de Emenda nº 1 – dos Deputados Marco Tebaldi, Chico Lopes e Leonardo Quintão, subscrita, ainda, pelo Deputado Celso Russomanno – para o Não Contingenciamento das Agências Reguladoras 1. Modalidade: Comissão, Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei – Artigo 5. Texto Proposto: § 10. Cada Agência Reguladora corresponderá a um órgão orçamentário do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal; e Sugestão de Emenda nº 2 – dos Deputados Marco Tebaldi, Chico Lopes e Leonardo Quintão, subscrita, ainda, pelo Deputado Celso Russomanno – para o Não Contingenciamento das Agências Reguladoras 2. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III – item 64. Texto Proposto: Demais despesas que não serão objeto de limitação de empenho: Item 1 – Despesas relativas à aplicação das receitas referentes à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica de que trata a Lei 9.427, de 26/12/1996. Usou da palavra para discussão das Sugestões o Deputado Severino Ninho. Em votação, foram as Sugestões aprovadas. O presidente deu prosseguimento à apresentação das Sugestões: Inclusão de Meta: Sugestão de Emenda nº 3 – da Deputada Maria Helena - para Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Programa: 2020 – Cidadania e Justiça. Ação: 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor. Produto (unidade de medida): Ação Implementada (unidade). Acréscimo de meta: 50 (cinquenta); e Sugestão de Emenda nº 4 – da Deputada Maria Helena - para Proteção e Defesa do Consumidor. Programa: 2020 – Cidadania e Justiça. Ação: 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor. Produto (unidade de medida): Ação Implementada (unidade). Acréscimo de meta: 1 (um). Discutiu a votação das Sugestões o Deputado Severino Ninho. Em votação, foram as Sugestões aprovadas. **Foram aprovadas, portanto, as seguintes Emendas da Comissão de Defesa do Consumidor ao PLN Nº 2/2016 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017: Emenda nº 1 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.** Emenda de Inclusão de Meta. Programa: 2020 – Cidadania e Justiça. Ação: 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor. Produto (unidade de medida): Ação

M



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Implementada (unidade). Acréscimo de meta: 50 (cinquenta); **Emenda nº 2 - Proteção e Defesa do Consumidor**. Emenda de Inclusão de Meta. Programa: 2020 – Cidadania e Justiça. Ação: 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor. Produto (unidade de medida): Ação Implementada (unidade). Acréscimo de meta: 1 (um). **Emenda nº 3 - Não Contingenciamento das Agências Reguladoras 1**. Emenda ao Texto. Modalidade: Comissão, Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei – Artigo 5. Texto Proposto: § 10. Cada Agência Reguladora corresponderá a um órgão orçamentário do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal; e **Emenda nº 4 - Não Contingenciamento das Agências Reguladoras 2**. Emenda ao Texto. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III – item 64. Texto Proposto: Seção II. Demais despesas que não serão objeto de limitação de empenho: Item 1 – Despesas relativas à aplicação das receitas referentes à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica de que trata a Lei 9.427, de 26/12/1996. Encerrada a apreciação da pauta, o Presidente suspendeu os trabalhos para elaboração da Ata. Reaberta a reunião, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão a **ATA** da reunião, que foi **aprovada**, sem restrição, tendo o Deputado Bruno Covas solicitado a dispensa de sua leitura. E nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente encerrou os trabalhos, antes convocando reunião deliberativa extraordinária a seguir. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o seu acervo documental. E, para constar, eu *Lilian de Cássia Albuquerque Santos*.....Lilian de Cássia Albuquerque Santos, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente,.....*M. DOMSUN*..... Deputado Marco Tebaldi, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

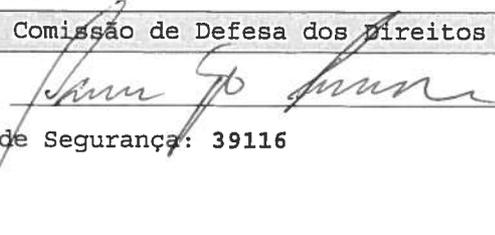
EMENDA DE META

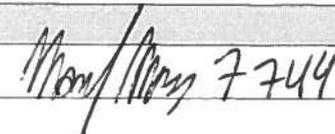
NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	400
2	6175	Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	2.000
3	14XS	Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca	20

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5036 - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER

Autor: 

Credenciado: 

Chave de Segurança: 39116

Lote: 9876



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, no Anexo II, Plenário 15 da Câmara dos Deputados. Presentes os Senhores Deputados Gorete Pereira - Presidente; Zenaide Maia e Lucas Vergilio - Vice-Presidentes; Maria do Rosário, Maria Helena, Moema Gramacho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raquel Muniz e Soraya Santos - Titulares; Conceição Sampaio, Erika Kokay, Josi Nunes, Magda Mofatto e Tia Eron - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo e Silas Freire, como não-membros. Deixaram de comparecer as Deputadas Ana Perugini, Elcione Barbalho, Flávia Morais, Iracema Portella, Janete Capiberibe, Jozi Araújo, Laura Carneiro, Mariana Carvalho e Shéridan. Justificou a ausência a Deputada Keiko Ota. **ABERTURA:** Havendo número regimental, a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** A Presidente informou que a reunião destinava-se à discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PL nº 2/16-CN). Comunicou, ainda, que a Secretaria havia recebido 17 sugestões de emendas e que a Comissão poderia apresentar até três emendas para a inclusão no Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Informou que não havia limites para as emendas de texto. Na sequência, a Presidente deu conhecimento das sugestões de emendas apresentadas à Mesa. 1- **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 1/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Apoio à Implementação de Rede Cegonha". Programa: 2015. Ação: 20R4. Acréscimo de Meta: 900.000. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** 2- **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 02/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades de PLDO 2017: "Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas". Programa: 2015. Ação: 8305. Quantidade Meta: 100.000. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** 3- **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 03/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Atendimento às Mulheres em Situação de Violência". Programa: 2016. Ação: 210B. Quantidade Meta: 400. Em votação: **aprovada unanimemente a sugestão de emenda, com alteração.** **ALTERAÇÃO:** para que sejam pensadas a ela as sugestões de nºs 8/16, 9/16, 13/16, 14/16 e

17/16 e que as autoras destas sejam incorporadas à SLD nº 3/2016. Subscreveram as Deputadas Zenaide Maia, Raquel Muniz, Professora Dorinha Seabra, Soraya Santos, Gorete Pereira, Maria Helena e o Deputado Lucas Vergilio. **4- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 04/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia". Programa: 2015. Ação: 147J. Quantidade Meta: 90. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** **5- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 05/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher". Programa: 2015. Ação: 6175. Quantidade Meta: 2.000. Em votação: **aprovada unanimemente a Sugestão de emenda, com alteração. ALTERAÇÃO: para que seja apensada a ela a sugestão nº 10/2016, e que a autora desta seja incorporada à SLD nº 5/16.** Subscreveram as Deputadas Zenaide Maia, Raquel Muniz, Professora Dorinha Seabra, Soraya Santos, Gorete Pereira, Maria Helena e o Deputado Lucas Vergilio. **6- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 06/15**, Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres". Programa: 2016. Ação: 8843. QUANTIDADE META: 200. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** **7- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 07/16**, da Sra. Magda Mofatto, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres". Programa: 2016. Ação: 210A. Quantidade Meta: 200. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** **8- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 08/16**, da Sra. Luizianne Lins, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Atendimento às Mulheres em Situação de Violência". Programa: 2016. Ação: 210B. Quantidade Meta: 1.500. Em votação: **aprovada unanimemente a Sugestão de emenda, com alteração. ALTERAÇÃO: esta sugestão de emenda foi apensada à SLD nº 3/16.** **9- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 09/16**, da Sra. Raquel Muniz, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Atendimento às Mulheres em Situação de Violência". Programa: 2016. Ação: 210B. Quantidade Meta: 400. Em votação: **aprovada unanimemente a Sugestão de emenda, com alteração. ALTERAÇÃO: esta Sugestão de emenda foi apensada à SLD nº 3/16.** **10- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 10/16**, da Sra. Raquel Muniz, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher". Programa: 2015. Ação: 6175. Quantidade Meta: 2.000. Em votação: **aprovada unanimemente a Sugestão de emenda, com alteração. ALTERAÇÃO: esta Sugestão de emenda foi apensada à SLD nº 5/16.** **11- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 11/16**, da Sra. Raquel Muniz, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres". Programa: 2016. Ação: 8843. Quantidade Meta: 200. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** **12- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 12/16**, da Sra. Soraya Santos, emenda de meta objetivando incluir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2017: "Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica". Programa: 2080. Ação: 20RJ. Quantidade Meta: 100. Em votação: **rejeitada a Sugestão.** **13- SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 - COMISSÕES Nº 13/16**, da Sra. Keiko Ota, emenda de meta



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	5
2	20ZN	Promoção dos Direitos Humanos	5.000
3	NOVA	9999 - Estruturação da Rede de serviços de Proteção Social Especial ao Idoso	2.000

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5037 - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 89212

Lote: 10095

7175



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 6 de julho de 2016.

Às quinze horas e nove minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no Anexo II, Plenário 16 da Câmara dos Deputados. Roberto de Lucena - Presidente; Leandre - Vice-Presidente; Creuza Pereira, Dâmina Pereira, Evair Vieira de Melo, Laura Carneiro e Marinha Raupp - Titulares; Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Flávia Morais, Geraldo Resende, Marcelo Matos e Mariana Carvalho - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Diego Garcia, Lincoln Portela, Luis Tibé, Raimundo Gomes de Matos e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Deley, Eros Biondini, Gonzaga Patriota, João Marcelo Souza, Luiz Carlos Ramos, Pompeo de Mattos e Reginaldo Lopes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, a Deputada Leandre, Primeira Vice-Presidente, no exercício da Presidência declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 6ª reunião, realizada no dia 15 de junho de 2016, cuja leitura foi dispensada a pedido da Deputada Dulce Miranda. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A - Reunião Deliberativa:** Discussão e Votação das emendas da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias PLDO 2017 (PLN/2/2016). **1 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 – COMISSÕES Nº 1/16** – da Sra. Leandre – Objetiva apoiar a implantação, manutenção e reestruturação dos programas e serviços da Proteção Social à Pessoa Idosa. Programa: 2037. Ação: NOVA 9999. **2 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 – COMISSÕES Nº 2/16** – do Sr. Roberto de Lucena – Criar Centros de Referência à Pessoa Idosa. Programa: 2037. Ação: 2B31. **3 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 – COMISSÕES Nº 3/16** – da Senhora Flávia Morais – Apoiar e equipar Instituições de Longa Permanência / ILPIs, Centros Dia, Centros de Convivência e Outras Instituições de atendimento à população Idosa. Programa: 2064. Ação: 20ZN. **4 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 – COMISSÕES Nº 2/16** – da Senhora Flávia Morais – Implantação e Fortalecimento de Ações de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Programa: 2064. Ação:

20ZN. 5 – SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2017 – COMISSÕES Nº 2/16
– do Sra. Dulce Miranda– estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social e Especial ao Idoso. Programa: 2037. Ação: NOVA 9999. Discutiram as sugestões as Deputadas Dulce Miranda, Creuza Pereira e Leandre. Considerando que a Comissão só pode apresentar três emendas, a Presidente propôs retirar a sugestão de número 1, de sua autoria e a de número 3, de autoria da Deputada Flávia Moraes por estarem contempladas na emenda de número 5, de autoria da Deputada Dulce Miranda. Iniciativa aceita pelo plenário, colocou em votação as sugestões de emendas de números 2, 4 e 5. Em votação, as emendas foram aprovadas. **B - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 11/16** - da Sra. Laura Carneiro - que "solicita a realização de audiências públicas nas Regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul para debater questões relativas aos direitos da pessoa idosa". Em votação, o requerimento foi **APROVADO**. **3 - REQUERIMENTO Nº 14/16** - da Sra. Laura Carneiro - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto "Idoso Bem Cuidado", lançado no final de maio deste ano pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade e da coordenação do atendimento prestado desde a porta de entrada no sistema e ao longo de todo o processo de cuidado com o idoso". Em votação, o requerimento foi **APROVADO**. **4 - REQUERIMENTO Nº 15/16** - do Sr. Roberto de Lucena - que "solicita visitas em diversos países, nos quais há políticas públicas eficientes destinadas à pessoa idosa, objetivando a discussão sobre os direitos da pessoa idosa brasileira". Em votação, o requerimento foi **APROVADO**. **5 - REQUERIMENTO Nº 16/16** - do Sr. Roberto de Lucena - que "solicita à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a formulação de requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, de convocação de Comissão Geral para debate de matéria relevante, consistente no Sistema Único de Assistência Social, bem como a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministério do Desenvolvimento Agrário". Em votação, o requerimento foi **APROVADO**. Todos os requerimentos foram subscritos pelas deputadas Dulce Miranda e Creuza Pereira. A Deputada Dulce Miranda assumiu a presidência para que a Deputada Leandre pudesse encaminhar requerimento de sua autoria. **Item 2 - REQUERIMENTO Nº 12/16** - da Sra. Leandre - que "requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, sobre informações estatísticas relativas à população idosa do País". Em votação, o requerimento foi **APROVADO**. A Deputada Leandre reassumiu a Presidência dos trabalhos, saudou a presença do Deputado Geraldo Rezende e deu conhecimento ao Plenário da brilhante atuação da Prefeitura de Chapecó com a criação da "Cidade do Idoso". Informou também das reuniões mantidas com o Ministério Público do Paraná e com a Coordenação do Conselho Nacional da Pessoa Idosa, bem como a Indicação que fez ao Presidente



Michel Temer da criação da Secretaria Nacional de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa no âmbito do Ministério da Justiça, visando um trabalho que dê dignidade, respeito e cidadania à população idosa. Esclareceu que por exigência da Comissão Mista de Orçamento, as emendas de Comissão devem ser enviadas juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Com a concordância de todos, a ata da presente reunião foi colocada em votação e aprovada. E, para constar, eu Walbia De Farias Lora, Walbia De Farias Lora, layrei a presente Ata, que por ter sido aprovada sem restrições, será assinada pela Presidente, Deputada Leandre Dal Ponte Leandre Dal Ponte, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado e o arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20RP	Infraestrutura para a Educação Básica	100
2	214V	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã	300
3	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	4.000

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Artigo 61 Inciso I	Aditiva
5	Artigo 63	Aditiva

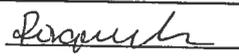
Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	2
Total	5

AUTOR DA EMENDA

5008 - Com. Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Autor: X

Chave de Segurança: 86856

Credenciado: 

Lote: 10032



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
55ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2016**

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), no anexo II, plenário 13 da Câmara dos Deputados. Compareceram os seguintes parlamentares: Professor Victório Galli - Presidente; Eduardo Barbosa - Vice-Presidente; Diego Garcia, Luizianne Lins, Misael Varella, Otavio Leite, Professora Dorinha Seabra Rezende, Remídio Monai, Rodrigo Martins, Rômulo Gouveia, Silas Freire, Subtenente Gonzaga e Zenaide Maia - Titulares; Carmen Zanotto, Conceição Sampaio, Erika Kokay e Professora Marcivania – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Flavinho, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Luis Tibé, Mariana Carvalho, Sóstenes Cavalcante e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Adail Carneiro, Dr. Jorge Silva, Maria do Rosário, Roberto Alves, Rubens Otoni e Valadares Filho. **ABERTURA:** havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 8ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública, realizada no dia quinze de junho de 2016, cuja leitura foi dispensada a pedido da Deputada Zenaide Maia. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada. Em seguida, informou que houve designações de relatoria nos dias vinte e vinte e oito de junho do corrente ano. **ORDEM DO DIA: Sugestões de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO/2017) - PL Nº 2/2016-CN.** O Presidente solicitou que o Deputado Eduardo Barbosa lesse as sete sugestões de emendas de meta apresentadas. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 1/2016** - da Sra. Luizianne Lins. **EMENTA:** "Pessoa com Deficiência". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 210N – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Acréscimo de Meta: 12. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 2/2016** - do Sr. Professor Victório Galli. **EMENTA:** "Priorização de projetos para promover acessibilidade, adequação arquitetônica das instituições públicas, transporte acessível e disponibilização de tecnologia assistiva no contexto escolar". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 20RP – Infraestrutura para a Educação Básica - Acréscimo de Meta: 100. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 3/2016** - do Sr. Eduardo Barbosa. **EMENTA:** "Educação de jovens e adultos". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 214V – Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Acréscimo de Meta: 300. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 4/2016** - do Sr. Eduardo Barbosa. **EMENTA:** "Inclui a proteção social especial". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 2B31- Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Acréscimo de Meta: 27. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 5/2016** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende. **EMENTA:** "Apoio a iniciativas de valorização da diversidade, de promoção dos direitos humanos e de inclusão". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 213M – Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Direitos Humanos e de Inclusão - Acréscimo de Meta: 300. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 6/2016** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende. EMENTA: "Estruturação da rede de serviços de proteção social especial". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 2B31- Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Acréscimo de Meta: 4.000. **SUGESTÃO DE EMENDA DE META Nº 7/2016** - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende. EMENTA: "Infraestrutura para a educação básica". Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 20RP – Infraestrutura para a Educação Básica - Acréscimo de Meta: 100. Durante a discussão das sugestões de emenda apresentadas, os parlamentares presentes decidiram pela aglutinação das sugestões de emenda nº 2 e nº 7 e das sugestões de emenda nº 4 e nº 6. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende retirou a sugestão de emenda nº 5, de sua autoria. A Deputada Luizianne Lins retirou a sugestão de emenda nº 1, de sua autoria, e subscreveu a sugestão de emenda nº 3, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa. Em seguida, o Presidente submeteu as sugestões de emenda à votação, sendo aprovadas unanimemente as seguintes: **EMENDA DE META Nº 1/2016** - Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 20RP – Infraestrutura para a Educação Básica - Acréscimo de Meta: 100. **EMENDA DE META Nº 2/2016** - Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 214V – Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Acréscimo de Meta: 300. **EMENDA DE META Nº 3/2016** - Tipo da Emenda: Inclusão de Meta - Ação: 2B31- Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Acréscimo de Meta: 4.000. Em seguida, o Presidente comunicou o recebimento de duas Sugestões de Emendas ao Texto da LDO/2017 e solicitou que o Deputado Eduardo Barbosa, autor das duas sugestões, que fizesse a leitura das respectivas proposições: **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO DA LDO Nº 1/2016** - do Sr. Eduardo Barbosa. Tipo da Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei, Art. 61, Inciso I. – Acrescenta alínea "c" ao Inciso I do art. 61. **SUGESTÃO DE EMENDA AO TEXTO DA LDO Nº 2/2016** - do Sr. Eduardo Barbosa. Tipo da Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei, Art. 63. – Acrescenta artigo 63-A. Não havendo membros inscritos para discussão, o Presidente submeteu as proposições à votação, sendo aprovadas unanimemente as seguintes: **EMENDA AO TEXTO DA LDO Nº 4/2016** - Tipo da Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei, Art. 61, Inciso I. – Acrescenta alínea "c" ao Inciso I do art. 61. **EMENDA AO TEXTO DA LDO Nº 5/2016** - Tipo da Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da Lei, Art. 63. – Acrescenta artigo 63-A. **REQUERIMENTOS. 1. REQUERIMENTO Nº 58/16** – da Sra. Erika Kokay – que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a discutir a incidência da Aids nas pessoas com deficiência". As Deputadas Zenaide Maia e Carmen Zanotto subscreveram o Requerimento. Em votação, o requerimento foi aprovado. O Presidente passou a condução da Reunião à Deputada Carmen Zanotto para que houvesse deliberação de Requerimento de sua autoria. **2. REQUERIMENTO Nº 59/16** – do Sr. Professor Victório Galli – que "requer que esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados colaborem com a organização da Copa Brasil de Xadrez para Deficientes Visuais - Etapa Centro Norte, viabilizando, inclusive, uma visita dos participantes do campeonato ao Congresso Nacional". Em votação, o requerimento foi aprovado. O Deputado Professor Victório Galli reassumiu a Presidência da reunião. **Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Comissões – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 3. PROJETO DE LEI Nº 4.282/12 - do Senado Federal - Paulo Paim - (PLS 493/2011) - que "altera o art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescida de 25% (vinte e cinco por cento)". (Apensados: PL 2044/2011, PL 5053/2013, PL 8094/2014, PL 167/2015 e PL 2155/2015). RELATORA: Deputada Carmen Zanotto. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2044/2011, do PL 8094/2014, do PL 167/2015, e do PL 2155/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5053/2013, apensado. Retirado de pauta a pedido da relatora. **4. PROJETO DE LEI Nº 1.152/15** - da Sra. Mara Gabrielli - que "regulamenta o exercício da profissão do Atendente Pessoal de Pessoa com Deficiência". RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. A Deputada Carmen Zanotto discutiu a matéria. Em votação, o Parecer foi aprovado. **5. PROJETO DE LEI Nº 3.399/15** - do Sr. Alex Manente - que "dispõe sobre o valor máximo do veículo adquirido por pessoa com deficiência e autoriza aquisição de veículo com isenção nos casos de ser vítima de crime ou acidente com perda total do veículo". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 8.989, de 1995. RELATORA: Deputada CARMEN ZANOTTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Não houve discussão. Em votação, o Parecer foi aprovado. **6. PROJETO DE LEI Nº 3.729/15** - do Sr. Alfredo Nascimento - que "acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregadas, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências". RELATORA: Deputada CARMEN ZANOTTO. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo. Retirado de pauta a pedido da relatora. **7. PROJETO DE LEI Nº 3.900/15** - do Sr. Celso Jacob - que "revoga o Parágrafo Único do art. 5º da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga dispositivo que considerava como especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência. RELATOR: Deputado OTAVIO LEITE. PARECER: pela rejeição. Não Deliberado. O Deputado Professor Victório Galli passou a Presidência ao Deputado Eduardo Barbosa, para ler o seu parecer ao Projeto de lei nº 4.539/16. **8. PROJETO DE LEI Nº 4.539/16** - da Sra. Mara Gabrielli - que "concede isenção do IOF incidente sobre financiamento de veículo adquirido por pessoa com deficiência, na forma que estabelece". RELATOR: Deputado PROFESSOR VICTÓRIO GALLI. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Não houve discussão. Em votação, o Parecer foi aprovado. O Deputado Professor Victório Galli reassumiu a condução da Reunião. **9. PROJETO DE LEI Nº 4.645/16** - do Sr. Flavinho - que "reduz as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Importação - II, dos produtos fabricados para uso por pessoas com deficiência". RELATOR: Deputado DIEGO GARCIA. PARECER: pela aprovação. Não Deliberado. Após a conclusão da pauta, o Presidente colocou em apreciação a ata da presente reunião, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Eduardo Barbosa. Não houve discussão. Em votação, a ata foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e trinta minutos, antes convocando para Reunião Extraordinária de Audiência Pública, após o término desta reunião, para debater o tema "Debater a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

acessibilidade das pessoas com deficiência nas obras públicas no Brasil.”. Para constar, eu Herica Brito de Souza, Herica Brito de Souza, Secretária-Executiva substituta, lavrei a presente ata, que, por ter sido aprovada, será assinada pelo presidente, Deputado Professor Victório Galli [assinatura], e publicada no diário da Câmara dos Deputados. Xxxx



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

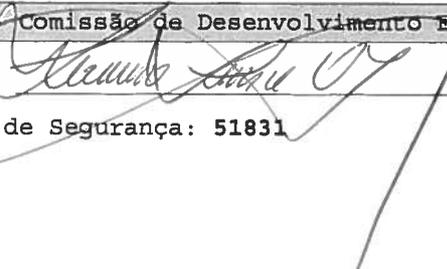
EMENDA DE META

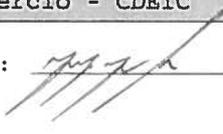
NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	212N	Implementação de Projetos de Cidades Digitais	100
2	20ZB	Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital	100
3	210C	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	1.500.000

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

Autor: 

Credenciado: 

Chave de Segurança: 51831

Lot: 9999

7.7233



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Realizada em 28 de junho de 2016.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, no Anexo II, Plenário 03 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados: Laercio Oliveira - Presidente; Adail Carneiro, Helder Salomão, João Arruda, Marcos Reategui, Mauro Pereira e Otavio Leite - Titulares; Augusto Coutinho, Conceição Sampaio, Covatti Filho, Enio Verri, Goulart, Herculano Passos, Josi Nunes, Júlio Cesar e Luiz Nishimori – Suplentes. Compareceram também os Deputados Alan Rick, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Zarattini, Claudio Cajado, Delegado Edson Moreira, Evair Vieira de Melo, João Derly, Laudivio Carvalho, Raquel Muniz, Tenente Lúcio e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aureo, Hissa Abrahão, Jorge Boeira, Jorge Côrte Real e Paulo Martins. Justificaram a ausência os Deputados Keiko Ota e Renato Molling. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Nona e Décima Reuniões, realizadas nos dias quinze e vinte e um de junho de dois mil e dezesseis. Por solicitação do Deputado Covatti Filho, a leitura das Atas foi dispensada. Não houve discussão. Submetidas à votação, as Atas foram aprovadas. **ORDEM DO DIA: A - APRECIÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO-2017 (PLN 2/2016): SUGESTÃO DE EMENDA Nº 1 DE INCLUSÃO DE META AO PLN 2/2016 - PLDO 2017**, do Sr. Goulart. Ementa: 01 – Cidades Digitais. Programa: 2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia. Ação: 212N Implementação de Projetos de Cidades Digitais. Produto (Unidade de Medida): Município Atendido (unidade). Acréscimo de Meta: 100. Discutiram a matéria os Deputados Covatti Filho e Adail Carneiro, que subscreveram a Sugestão de Emenda. Submetida à votação, a Sugestão de Emenda foi aprovada. **SUGESTÃO DE EMENDA Nº 2 DE INCLUSÃO DE META AO PLN 2/2016 - PLDO 2017**, do Sr. Goulart. Ementa: 02 – Inclusão Digital. Programa: 2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia. Ação: 20ZB Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital. Produto (Unidade de Medida): Iniciativa Apoiada (unidade). Acréscimo de Meta: 100. Discutiram a matéria os Deputados Covatti Filho e Adail Carneiro, que subscreveram a Sugestão de Emenda. Submetida à votação, a Sugestão de Emenda foi aprovada. **B - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 73/16**, dos Srs. Goulart e Mauro Pereira, que "requer que seja realizada Audiência



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Pública na CDEICS, para discutir a situação dos permissionários lotéricos do Brasil". O Deputado Goulart encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado. **2 - REQUERIMENTO Nº 76/16**, do Sr. Adail Carneiro - (PL 3954/2015), que "requer a realização de Audiência Pública para debater a Projeto de Lei n.º 3.954/2015, que dispõe sobre a comercialização de alimentos em espaços públicos em "Food Trucks" e outros espaços congêneres". O autor encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado. **3 - REQUERIMENTO Nº 77/16**, do Sr. Adail Carneiro, que "requer que sejam convidados o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Agência Nacional do Petróleo e o Presidente da Petrobrás, para esclarecimentos sobre o preço do combustível". O autor encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado. **C - Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE: 4 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 218/16**, do Sr. Mauro Pereira, que "regulamenta, nos termos do art. 146, III, b, as obrigações, o lançamento e o crédito do imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação de que trata o art. 155, § 2º, incisos VII e VIII, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015 no caso que especifica e dá outras providências". Relator: Deputado Júlio Cesar. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Goulart. Nesse momento, o Deputado Covatti Filho assumiu a condução dos trabalhos. **5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324/16**, do Senado Federal - (PDS 2/2016), que "aprova a programação monetária para o primeiro trimestre de 2015". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/16**, do Senado Federal - (PDS 3/2016), que "aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2015". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326/16**, do Senado Federal - (PDS 4/2016), que "aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2015". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327/16**, do Senado Federal - (PDS 7/2016), que "aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2015". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. Em seguida, o Deputado Laercio Oliveira retornou à condução dos trabalhos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Matéria sobre a Mesa: foi apresentado requerimento de inversão da Ordem do Dia pelo Deputado Augusto Coutinho, para imediata apreciação do PL nº 551/15, item 12 da pauta. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado.

12 - PROJETO DE LEI Nº 551/15, do Sr. Luiz Carlos Hauly, que "dispõe sobre a vedação da abertura do capital social de empresa pública e dá outras providências". Relator: Deputado Augusto Coutinho. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer.

9 - PROJETO DE LEI Nº 3.863/15, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que "altera a Lei nº 12.715, de 15 de setembro de 2012, prorrogando a validade dos benefícios do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações – REPNBL - Redes - e estendendo seus benefícios às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional". Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator.

10 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 217/16, do Sr. João Derly, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006". Explicação da ementa: Estabelece, para as microempresas com receita bruta anual de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), isenção de tributos no primeiro ano de atividade e aumento progressivo da tributação até o final do quarto ano. Relator: Deputado Covatti Filho. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta pelo Relator.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 11 - PROJETO DE LEI Nº 628/11, da Sra. Nilda Gondim, que "altera a redação de dispositivos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Nova Ementa: Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica". Explicação da ementa: Impõe aos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês a indicarem e darem preferência às pessoas portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. Relator: Deputado Jorge Boeira. Parecer: pela aprovação das Emendas 1 e 2 do Senado Federal. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator.

D - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 13 - PROJETO DE LEI Nº 4.447/12, do Sr. Marcelo Matos, que "acrescenta novo § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes, para disciplinar a cobrança de aluguel em centros comerciais ("Shopping centers")". Explicação da ementa: Proíbe qualquer modalidade de cobrança progressiva ou de percentual de faturamento do locatário de espaço comercial em centros comerciais (shopping center). Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição deste. Foi concedida vista ao Deputado Luiz Carlos Ramos em quinze de junho de dois mil e dezesseis. O Deputado Aureo apresentou voto em



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

separado em quinze de junho de dois mil e dezesseis. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. Nesse momento, o Deputado Covatti Filho assumiu a coordenação dos trabalhos. **14 - PROJETO DE LEI Nº 176/11**, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame, que "classifica o resíduo proveniente da atividade de mineração e industrialização do amianto ou asbesto e dos produtos que o contenham, inclusive como contaminante, como sendo Classe I ou "Resíduo industrial perigoso" para fins de sua destinação final". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo. O Relator fez a leitura do voto. Discutiu a matéria o Deputado Goulart (PSD-SP). Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. Em seguida, o Deputado Laercio Oliveira retornou à condução dos trabalhos. **Matéria sobre a Mesa:** foram apresentados requerimentos de inversão da Ordem do Dia: pelo Deputado Helder Salomão, para imediata apreciação do PL nº 3659/15, item 21 da pauta; pelo Deputado Covatti Filho, para imediata apreciação do PL 3859/15, item 31 da pauta; do PL 4008/15, item 32 da pauta; e do PL 4555/16, item 34 da pauta; e pelo Deputado Mauro Pereira, para imediata apreciação do PL 3741/15, item 22 da pauta e do PL 296/15, item 26 da pauta. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados. **21 - PROJETO DE LEI Nº 3.659/15**, do Sr. Helder Salomão, que "altera a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA de que trata a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981". Relator: Deputado Mauro Pereira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Discutiram a matéria os Deputados Helder Salomão (PT-ES) e Mauro Pereira (PMDB-RS). Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **31 - PROJETO DE LEI Nº 3.859/15**, do Sr. Evair de Melo, que "dispõe sobre a agroindustrialização artesanal de embutidos de origem animal". Explicação da ementa: Altera a Lei nº 1.283 de 1950. Relator: Deputado Covatti Filho. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **32 - PROJETO DE LEI Nº 4.008/15**, do Sr. Rômulo Gouveia, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas". Relator: Deputado Covatti Filho. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **34 - PROJETO DE LEI Nº 4.555/16**, do Sr. Elizeu Dionizio, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar em bancas de revistas ou estabelecimentos similares, em local visível, placa contendo o Art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)". Relator: Deputado Covatti Filho. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Discutiram a matéria os Deputados Mauro Pereira (PMDB-RS) e Helder Salomão (PT-ES). Submetido à votação, foi rejeitado o Parecer contra o voto do Deputado Covatti Filho. Designado Relator do vencedor o Deputado Helder Salomão (PT-ES). **22 - PROJETO DE LEI Nº 3.741/15**, do Sr. Laercio Oliveira, que "altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

globais". Relator: Deputado Mauro Pereira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **26 - PROJETO DE LEI Nº 296/15**, do Sr. Valmir Assunção, que "determina que o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja feriado nacional". Relator: Deputado Mauro Pereira. Parecer: pela rejeição deste. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Helder Salomão. **15 - PROJETO DE LEI Nº 3.664/15**, do Sr. Laudívio Carvalho, que "altera a Lei 11.788 de 25 setembro de 2008 que "Dispõe sobre o estágio de estudantes"". Explicação da ementa: Trata da atualização anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do valor da bolsa estágio. Relatora: Deputada Conceição Sampaio. Parecer: pela aprovação deste. A Relatora fez a leitura do voto. Discutiu a matéria o Deputado Helder Salomão (PT-ES). Foi concedida vista ao Deputado Helder Salomão. **16 - PROJETO DE LEI Nº 3.336/15**, dos Srs. Marco Antônio Cabral e Walney Rocha, que "autoriza o Poder Executivo a criar órgão destinado à prestação de orientação aos que desejam constituir as pessoas jurídicas que menciona, no âmbito dos bancos públicos federais, e dá outras providências". Relator: Deputado Jorge Côrte Real. Parecer: pela rejeição deste. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Helder Salomão. **17 - PROJETO DE LEI Nº 226/15**, do Sr. Rômulo Gouveia, que "dá nova redação ao § 5º do artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para obrigar os comerciantes e distribuidores a receber dos consumidores os produtos sujeitos à logística reversa". Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição deste e da Emenda 1/2015 apresentada na CDEICS. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **18 - PROJETO DE LEI Nº 865/15**, do Sr. Alan Rick, que "altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que "Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências"". Explicação da ementa: Concede autorização para instalação de loja franca em municípios na área de fronteira. Relatora: Deputada Conceição Sampaio. Parecer: pela aprovação deste. A Relatora fez a leitura do voto. Discutiram a matéria os Deputados Covatti Filho (PP-RS), Conceição Sampaio (PP-AM) e Helder Salomão (PT-ES). Foi concedida Vista ao Deputado Covatti Filho. **19 - PROJETO DE LEI Nº 2.768/15**, do Sr. Carlos Manato, que "veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos a peso e dá outras providências". Explicação da ementa: Veda a possibilidade de inclusão de taxa de serviço quando a exploração do negócio ocorrer na modalidade self service. Relator: Deputado Luiz Carlos Ramos. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **20 - PROJETO DE LEI Nº 3.239/15**, do Sr. Reginaldo Lopes, que "dá nova redação ao Art.54 da Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Explicação da ementa: Submete subsidiariamente as relações entre lojistas e empreendedores de Shopping Center às normas pertinentes do Código Civil e do Código de Processo Civil. Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição deste. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **23 - PROJETO DE LEI Nº 2.433/11**, do Sr. Jhonatan de Jesus, que "acrescenta o § 9º ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências". Explicação da ementa: Exige que fabricantes e importadores coloquem texto informativo em rótulos e embalagens de produtos geradores de resíduos sólidos sobre a importância de sua entrega em postos de coleta específicos. Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição deste. Os Deputados Marcelo Matos e Sebastião Bala Rocha apresentaram votos em separado. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **24 - PROJETO DE LEI Nº 6.899/13**, do Sr. Onyx Lorenzoni, que "dispõe sobre obrigatoriedade de prévia aprovação e certificação por órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para a comercialização de máquinas e equipamentos de trabalho utilizados na construção civil". Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela rejeição deste. O Deputado Helder Salomão apresentou voto em separado em trinta de setembro de dois mil e quinze. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Mauro Pereira. **25 - PROJETO DE LEI Nº 91/15**, do Sr. Adail Carneiro, que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "Dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", com a finalidade de proteger o consumidor, ao determinar a inclusão da data de vencimento do produto no seu respectivo código de barras, utilizado na sua identificação nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais". Relatora: Deputada Keiko Ota. Parecer: pela rejeição deste. O Deputado Covatti Filho apresentou voto em separado em sete de junho de dois mil e dezesseis. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência da Relatora. **27 - PROJETO DE LEI Nº 1.865/15**, do Sr. Uldurico Junior, que "acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho a fim de obrigar as empresas com mais de cinquenta empregados a promover anualmente campanhas de esclarecimento sobre planejamento financeiro e prevenção de endividamento". Explicação da ementa: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943. Relator: Deputado Covatti Filho. Parecer: pela rejeição deste. O Relator fez a leitura do voto. Discutiu a matéria o Deputado Mauro Pereira (PMDB-RS). Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. Nesse momento, o Deputado Covatti Filho assumiu a coordenação dos trabalhos. **28 - PROJETO DE LEI Nº 1.964/15**, do Sr. Giuseppe Vecchi, que "altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO"



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Explicação da ementa: Permite que os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa. Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: pela aprovação deste. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. Em seguida, o Deputado Laercio Oliveira retornou à coordenação dos trabalhos. **29 - PROJETO DE LEI Nº 2.096/15**, do Sr. João Arruda, que "cria área de livre Comércio no Município de Barracão, no Estado do Paraná, e dá outras providências". Relator: Deputado Jorge Côrte Real. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **30 - PROJETO DE LEI Nº 2.844/15**, do Sr. Carlos Bezerra, que "altera os arts. 1.076, inciso I, e 1.085, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", para fins de alterar o quórum decisório no âmbito das sociedades limitadas". Relator: Deputado Jorge Côrte Real. Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator. **33 - PROJETO DE LEI Nº 4.121/15**, do Sr. Marcelo Belinati, que "acrescenta o parágrafo único no art. 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a obrigatoriedade dos cardápios em Braille nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e estabelecimentos similares". Relator: Deputado Marcelo Matos. Parecer: pela aprovação deste. Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência do Relator.

ENCERRAMENTO: O senhor Presidente colocou em apreciação a Ata desta Reunião. Por solicitação da Deputada Conceição Sampaio, a leitura da Ata foi dispensada. Não houve discussão. Submetida à votação, a Ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, Presidente encerrou a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, antes, porém, convocando os senhores membros para Reunião de Audiência Pública com a participação da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que irá "Debater a defasagem dos valores repassados pela Caixa Econômica Federal aos agentes lotéricos", objeto do Requerimento nº 73/2016 – CDEICS, de iniciativa dos Deputados Goulart e Mauro Pereira; do Requerimento nº 74/2016 - CDEICS, de iniciativa dos Deputados Herculano Passos, Áureo, Mauro Pereira e Keiko Ota; do Requerimento nº 222/2016 - CFT, de iniciativa dos Deputados Carlos Melles, Pauderney Avelino e Hélio Leite; e do Requerimento nº 221/2016 – CFFC, de iniciativa do Deputado Valtenir Pereira; a ser realizada no dia vinte e nove de junho, ao meio dia, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. E, para constar, eu , Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Laercio Oliveira , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor encontra-se gravado e passa a integrar seu arquivo documental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA.
Realizada em 6 de julho de 2016.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados: Laercio Oliveira - Presidente; Aureo - Vice-Presidente; Adail Carneiro, Carlos Andrade, Helder Salomão, Hissa Abrahão, João Arruda, Jorge Boeira, Keiko Ota, Lucas Vergilio, Marcos Reategui, Mauro Pereira, Otavio Leite, Pastor Eurico, Paulo Martins e Renato Molling - Titulares; Augusto Coutinho, Conceição Sampaio, Covatti Filho, Fernando Torres, Goulart, Júlio Cesar, Luiz Carlos Ramos, Luiz Nishimori, Marcelo Matos e Rogério Marinho – Suplentes. Compareceram também os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Henrique Gaguim, Delegado Edson Moreira, Evair Vieira de Melo, Mariana Carvalho, Onyx Lorenzoni, Silas Freire e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Jorge Côrte Real e Rosângela Gomes.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Décima Segunda e Décima Terceira Reuniões, realizadas nos dias vinte e nove de junho e cinco de julho de dois mil e dezesseis. Por solicitação do Deputado Rogério Marinho, a leitura das Atas foi dispensada. Não houve discussão. Submetidas à votação, as Atas foram aprovadas.

EXPEDIENTE: o Presidente comunicou o recebimento do Aviso n.º 71/2016, do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

ORDEM DO DIA: A - APRECIÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO-2017 (PLN 2/2016): SUGESTÃO DE EMENDA Nº 3 – CDEICS - DE INCLUSÃO DE META AO PLN 2/2016 - PLDO 2017, do Sr. Laercio Oliveira. Ementa: 03 – CDEICS - Micro e Pequenas Empresas (desenvolvimento). Programa: 2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil. Ação: 210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. Produto (Unidade de Medida): Empresa Apoiada (unidade). Acréscimo de Meta: 1.500.000. Não houve discussão. Submetida à votação, a Sugestão de Emenda foi aprovada. Nesse momento, o Deputado Marcos Reategui solicitou a inclusão do Sr. Marcelo Motta Bastos, Diretor Executivo da Sizebay, como convidado para a Audiência Pública objeto do Requerimento n.º 72/2016,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

aprovado na Comissão em primeiro de junho de dois mil e dezesseis. Não houve discussão. Submetida à votação, a inclusão do convite foi aprovada. Em seguida, o Deputado Lucas Vergílio assumiu a coordenação dos trabalhos **B - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 78/16**, do Sr. Laercio Oliveira - (PL 3453/2015), que "requer a realização de Audiência Pública para instrução do PL 3453/2015, do Deputado Daniel Vilela, que "altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização"". O autor encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado. Nesse momento, o Deputado Laercio Oliveira retornou à condução dos trabalhos. **2 - REQUERIMENTO Nº 79/16**, dos Srs. Herculano Passos e Goulart, que "requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação - CFT, a fim de debater os desdobramentos, as respostas e os encaminhamentos das reivindicações dos lotéricos sobre a recomposição imediata das tarifas defasadas". Retirado de pauta de ofício, em razão da ausência dos autores. **Matéria sobre a Mesa:** foram apresentados requerimentos de inversão da Ordem do Dia pelo Deputado Rogério Marinho, para imediata apreciação do PL nº 4833/12, item 17 da pauta; e do PDC 389/16, item 3 da pauta. Submetidos à votação, os Requerimentos foram aprovados. **17 - PROJETO DE LEI Nº 4.833/12**, do Sr. Onofre Santo Agostini, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, restaurantes e similares de fazer constar de seus cardápios porções reduzidas para as pessoas que foram submetidas a cirurgia bariátrica". (Apensado: PL 6024/2013) Relator: Deputado Rogério Marinho. Parecer: pela rejeição deste e do PL 6024/2013, apensado. O Relator fez a leitura do voto. Discutiu a matéria o Deputado Jorge Boeira (PP-SC). Foi concedida vista ao Deputado Jorge Boeira. **3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389/16**, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 427/2015), que "aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010". Relator: Deputado Rogério Marinho. Parecer: pela aprovação. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. Em seguida, o Deputado Covatti Filho solicitou a inclusão do Sr. João Pedro Lamana Paiva, Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB, como convidado para a Audiência Pública sobre "O sistema mobiliário urbano", objeto do Requerimento nº 68/2016, aprovado na Comissão em dezoito de maio de dois mil e dezesseis. Não houve discussão. Submetida à votação, a inclusão do convite foi aprovada. **Matéria sobre a Mesa:** foi apresentado requerimento de inclusão extra-pauta na Ordem do Dia do PL 4447/2012 pelos Deputados Pastor Eurico, Marcelo Matos, Carlos Andrade, Marcelo Álvaro Antônio, Goulart, Aureo, Lucas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Vergílio e Keiko Ota. O Deputado Marcelo Matos encaminhou a votação favorável à inclusão extra-pauta do PL 4447/2012. Realizada a votação nominal, obteve-se como resultado oito votos contrários e oito votos favoráveis. O PL 4447/2012 não foi incluído na pauta por não ter sido alcançada a maioria absoluta para inclusão extra-pauta. **C - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário: PRIORIDADE: 4 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 218/16**, do Sr. Mauro Pereira, que "regulamenta, nos termos do art. 146, III, b, as obrigações, o lançamento e o crédito do imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação de que trata o art. 155, § 2º, incisos VII e VIII, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015 no caso que especifica e dá outras providências". Relator: Deputado Júlio Cesar. Parecer: pela aprovação. O Relator fez a leitura do voto. Foi concedida vista ao Deputado Luiz Carlos Ramos. **5 - PROJETO DE LEI Nº 3.863/15**, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que "altera a Lei nº 12.715, de 15 de setembro de 2012, prorrogando a validade dos benefícios do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes - e estendendo seus benefícios às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional". Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela aprovação. Retirado de pauta a requerimento do Relator. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 6 - PROJETO DE LEI Nº 628/11**, da Sra. Nilda Gondim, que "altera a redação de dispositivos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Nova ementa: Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica". Explicação da ementa: Impõe aos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês a indicarem e darem preferência às pessoas portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. Relator: Deputado Jorge Boeira. Parecer: pela aprovação das Emendas 1 e 2 do Senado Federal. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **D - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 7 - PROJETO DE LEI Nº 4.555/16**, do Sr. Elizeu Dionizio, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar em bancas de revistas ou estabelecimentos similares, em local visível, placa contendo o Art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)". Relator do Vencedor: Deputado Helder Salomão. Parecer Vencedor: Parecer Vencedor, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela rejeição. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer Vencedor do Deputado Helder Salomão, contra o voto do Deputado Covatti Filho. O Parecer do Relator, Deputado Covatti Filho, passou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

constituir voto em separado. **Matéria sobre a Mesa:** foi apresentado requerimento de inversão da Ordem do Dia pelo Deputado Marcelo Matos, para imediata apreciação do PL nº 4121/15, item 16 da pauta. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado. **16 - PROJETO DE LEI Nº 4.121/15**, do Sr. Marcelo Belinati, que "acrescenta o parágrafo único no art. 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a obrigatoriedade dos cardápios em Braille nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e estabelecimentos similares". Relator: Deputado Marcelo Matos. Parecer: pela aprovação. O Relator fez a leitura do voto. Discutiram a matéria os Deputados Helder Salomão (PT-ES), Marcelo Matos (PHS-RJ) e Renato Molling (PP-RS). Submetido à votação, foi aprovado o Parecer com complementação de voto. **8 - PROJETO DE LEI Nº 7.583/14**, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame, que "obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal". Relator: Deputado Mauro Pereira. Parecer: pela aprovação, com emenda. Retirado de pauta, de ofício. **9 - PROJETO DE LEI Nº 226/15**, do Sr. Rômulo Gouveia, que "dá nova redação ao § 5º do artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para obrigar os comerciantes e distribuidores a receber dos consumidores os produtos sujeitos à logística reversa". Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição deste e da Emenda 1/2015 apresentada na CDEICS. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Luiz Carlos Ramos. **10 - PROJETO DE LEI Nº 2.768/15**, do Sr. Carlos Manato, que "veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos a peso e dá outras providências". Explicação da ementa: Veda a possibilidade de inclusão de taxa de serviço quando a exploração do negócio ocorrer na modalidade self-service. Relator: Deputado Luiz Carlos Ramos. Parecer: pela aprovação. O Relator fez a leitura do voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o Parecer. **11 - PROJETO DE LEI Nº 3.239/15**, do Sr. Reginaldo Lopes, que "dá nova redação ao Art.54 da Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes". Explicação da ementa: Submete subsidiariamente as relações entre lojistas e empreendedores de Shopping Center às normas pertinentes do Código Civil e do Código de Processo Civil. Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Helder Salomão. **12 - PROJETO DE LEI Nº 2.433/11**, do Sr. Jhonatan de Jesus, que "acrescenta o § 9º ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências". Explicação da ementa: Exige que fabricantes e importadores coloquem texto informativo em rótulos e embalagens de produtos geradores de resíduos sólidos sobre a importância de sua entrega em postos de coleta específicos. Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: pela rejeição. Os Deputados



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	NOVA	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de regiões Integradas de Desenvolvimento (116I)	1.000.000
2	10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	1.000
3	10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	7.000

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5023 - Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU

Autor:

Credenciado: Vincius LATA (80SS)

Chave de Segurança: 47812

Lote: 9800



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA REALIZADA EM 06 JULHO DE 2016

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Urbano, no Anexo II, Plenário 16 da Câmara dos Deputados. Jaime Martins - Presidente; João Paulo Papa e Alex Manente - Vice-Presidentes; Cacá Leão, Caetano, Carlos Marun, Dâmina Pereira, Duarte Nogueira, Fabiano Horta, Leopoldo Meyer, Marcos Abrão, Miguel Haddad e Moema Gramacho - Titulares; Angelim, Hildo Rocha, José Nunes, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Mauro Mariani, Max Filho, Nilto Tatto, Silvio Torres, Tenente Lúcio e Val Amélio – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Delegado Edson Moreira, Evair Vieira de Melo, Izalci e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Flaviano Melo, Heuler Cruvinel, Pedro Paulo e Valadares Filho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 21 de junho de 2016. O Deputado Hildo Rocha solicitou a dispensa da leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que a Comissão realizou visita técnica à Embrapa Instrumentação, na cidade de São Carlos, São Paulo, no último dia 27 de junho para que os membros tomassem conhecimento das tecnologias de saneamento básico rural. Comunicou ainda o comparecimento do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Bruno Araújo, para discutir as ações, medidas e planos do Ministério a ser realizada no dia 13 de julho. Por fim, mencionou que a Comissão encaminhou comunicado aos gabinetes dos membros informando o prazo limite de 31 de agosto para as indicações dos nomes ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. **ORDEM DO DIA: A – Apreciação das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN Nº 2/2016 – CN)** o Colegiado deliberou pela apresentação das seguintes emendas: **primeira emenda:** programa/ação 2068-9999, título da ação: Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de regiões Integradas de Desenvolvimento, Meta:1.000.000; **segunda emenda:** programa/ação 2048-10SS, título da ação: Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano, Meta:1.000; **terceira emenda:** programa/ação: 2049-10S3, título da ação: Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários. Meta: 7.000. As sugestões apresentadas foram objeto de acordo prévio realizado pelo Colegiado no dia 06 de julho de 2016. Em votação, as emendas foram aprovadas unanimemente. **B – Requerimentos: 22 - REQUERIMENTO Nº 115/16** - do Sr. Alex Manente - que "requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.637/2011, que "institui a obrigatoriedade de ascensorista em edificações comerciais e prédios públicos não residenciais com elevador"". Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente com adendo do Deputado Alex Manente para incluir entre o rol de convidados representantes da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI-SP) e do Sindicato da Habitação do Rio Grande do Sul (SECOVI-RS). **23 - REQUERIMENTO Nº 117/16** - do Sr. Jaime Martins - que "solicita, nos termos

regimentais, a alteração do Regulamento nº. 1 de 2015, que disciplina a concessão do Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, instituído pela Resolução da Câmara dos Deputados nº. 8, de 2015". Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **C – Proposições Sujeitas à Apreciação de Plenário: PRIORIDADE. 24 – PROJETO DE LEI Nº 3.861/15** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - que "altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, dispondo sobre a obrigatoriedade da construção integrada de dutos para passagem de redes de telecomunicações em obras públicas de infraestrutura básica". RELATOR: Deputado HILDO ROCHA. PARECER: pela aprovação, com emenda. Retirado a pedido do Relator. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400/16** - do Sr. José Mentor - que "susta os efeitos da Portaria Ministerial nº 185, de 13 de maio de 2016 do Ministério das Cidades". (Apensados: PDCs nº 406/2016, 409/2016 e 407/2016. RELATOR: Deputado CAETANO. PARECER: pela aprovação deste, do PDC 406/2016, do PDC 407/2016, e do PDC 409/2016, apensados, com substitutivo. Retirado a pedido do Relator. **26 – PROJETO DE LEI Nº 3.876/15** - do Sr. Edmilson Rodrigues - que "estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providências". RELATOR: Deputado TENENTE LÚCIO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Em votação, o Parecer foi aprovado unanimemente. **D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões: PRIORIDADE. 27 – PROJETO DE LEI Nº 3.277/15** - do Senado Federal - Cássio Cunha Lima - (PLS 193/2015) - que "altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de que novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar disponham de pelo menos 1 (um) elevador que comporte o transporte de maca". (Apensado: 3946/2015). RELATOR: Deputado CAETANO. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3946/2015, apensado. Retirado a pedido do Relator. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 28 – PROJETO DE LEI Nº 2.639/11** - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009". (Apensados: PL nºs 4656/2012, 5405/2013, 6937/2013 e 626/2015. O projeto de lei torna obrigatória a contratação de bombeiro civil em edificações públicas e particulares. RELATOR: Deputado JULIO LOPES. PARECER: pela rejeição deste, da Emenda Modificativa nº 1/2011 da CDU, do PL 4656/2012, do PL 5405/2013, do PL 626/2015, e do PL 6937/2013, apensados. Retirado a pedido do Relator. **29 – PROJETO DE LEI Nº 5.016/13** - do Sr. Félix Mendonça Júnior - que "acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências". O projeto de lei estabelece que os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União. RELATOR: Deputado JULIO LOPES. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo. Em votação, o Parecer foi aprovado unanimemente. **30 – PROJETO DE LEI Nº 5.713/13** - do Sr. Sergio Zveiter - que "institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ", para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador. RELATOR: Deputado HEULER CRUVINEL. PARECER: pela aprovação. Não deliberado em virtude da ausência do Relator. **31 – PROJETO DE LEI Nº 5.851/13** - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais". (Apensados: PL 7695/2014 e PL 3085/2015). RELATOR: Deputado CARLOS MARUN. PARECER: pela aprovação deste, dos PL's 7695/2014 e 3085/2015, apensados, na forma do Substitutivo da CVT, com subemenda. Não deliberando em virtude da ausência do Relator. **32 – PROJETO DE LEI Nº 239/15** - do Sr. Luiz Couto - que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária



DECISÃO DA MESA

A Mesa Diretora, por seus membros abaixo assinados, decidiu aprovar as seguintes emendas ao texto da lei que serão apresentadas ao Projeto de Lei n.º 2/2016-CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2017), assim distribuídas: **Emenda 1** – Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 9º do art. 40. Justificativa: A presente emenda visa não deixar dúvida de que o prazo de 30 dias para o Poder Executivo encaminhar os projetos de abertura de créditos adicionais de interesse dos demais Poderes, ao Congresso Nacional, alcança não apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público, mas, também, o Poder Legislativo. Resgata-se, assim, o espírito de LDOs anteriores; **Emenda 2** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso II do § 3º do art. 41. Justificativa: A presente emenda visa suprimir o dispositivo que veda o remanejamento de recursos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, mediante cancelamento de despesas obrigatórias para a suplementação de despesas discricionárias. Essa emenda busca eficiência na gestão orçamentária pelas autoridades máximas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na medida em que se valem de atos próprios para

remanejarem as dotações dos órgãos que representam, dentro dos limites da Lei Orçamentária Anual - LOA, sem qualquer aumento de despesa, ao invés de dependerem de decreto do Chefe do Poder Executivo para tanto; **Emenda 3** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso III do § 3º do art. 41. Justificativa: A presente emenda visa suprimir o dispositivo que veda o remanejamento de recursos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, mediante cancelamento de despesas discricionárias para a suplementação de despesas obrigatórias. Do ponto de vista da autonomia daqueles órgãos, reconhecida pela própria Constituição, a regra se revela ingerência indevida na gestão orçamentária dos demais Poderes. Essa emenda visa assegurar prerrogativa fundamental das referidas autoridades na gestão dos recursos dos órgãos que representam; **Emenda 4** - Tipo de Emenda: Aditiva. Ementa: Inclui o § 5º no art. 41. Justificativa: O que se pretende com a inclusão do § 5º é estender aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União a mesma prerrogativa já conferida ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias e de superávit financeiro, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64; **Emenda 5** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 54. Justificativa: A presente emenda visa alterar o prazo constante do PLDO (vigésimo segundo dia) para até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre para que o Poder Executivo, se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, apure e informe o montante necessário do contingenciamento a cada órgão orçamentário dos

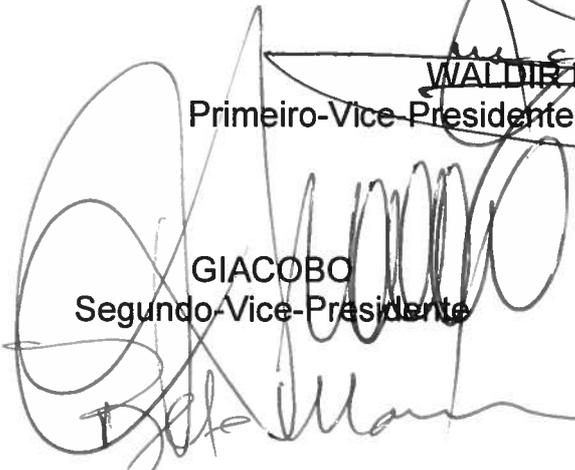
Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal; **Emenda 6** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 12 do art. 54. Justificativa: O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o prazo de 30 dias, após avaliação bimestral, para os Poderes efetuarem, se for o caso, a devida limitação de empenho e movimentação financeira, mas não impõe prazo para o restabelecimento dos limites. A exigência de limitação de empenho e movimentação financeira faz-se necessária em função da compatibilização entre receitas e despesas, com vistas ao atingimento do resultado fiscal previsto para o exercício. Já o ato de restabelecimento de limites pode ser realizado sem necessidade de prazo para fazê-lo, pois, além de em nada influenciar na formação do resultado fiscal que terá sido alcançado, ainda obriga o cumprimento de mais um prazo desnecessário pelos gestores. Além disso, entende-se que a LDO, ao definir prazo para os órgãos restabelecerem os limites já contingenciados, impõe exigências não previstas na LRF; **Emenda 7** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o art. 55. Justificativa: o texto proposto condiciona a execução de despesas primárias decorrentes da abertura de créditos suplementares abertos e créditos especiais abertos ou reabertos aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos do artigo, quando, na verdade, devem ser liberados aos Poderes os recursos correspondentes aos créditos abertos. Tal vedação vai de encontro ao disposto no art. 168 da Constituição Federal. Ademais, em caso de abertura de crédito a partir de recursos novos, haverá aumento da dotação dos órgãos, que deverá ser refletido nos limites de empenho e movimentação financeira; **Emenda 8** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 1º do art. 84. Justificativa: O referido parágrafo propõe distribuição proporcional entre os poderes para aumento das despesas de pessoal. Entende-se

que o dispositivo viola a autonomia dos Poderes e pode prejudicar os órgãos que obtiveram menores reajustes nos últimos exercícios ou que possuam maior carência de servidores. A proposta cria limitações futuras ao Legislativo na apreciação de projetos de lei ou proposições que reestruturem carreiras, criem cargos, empregos e funções e alterem subsídios, inclusive parlamentares. Além disso, há que se ressaltar que as demandas sociais não se distribuem proporcionalmente entre os órgãos e Poderes, de modo que justificassem a regra de proporcionalidade; **Emenda 9** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 2º do art. 84. Justificativa: A presente emenda visa alterar a data de início de tramitação de proposição que conceda vantagens, aumentos de remuneração, crie cargos, empregos ou funções, ou que altere a estrutura de carreiras para que possa constar do Anexo V da LOA, passando a data de 21 de agosto para 30 de outubro de 2016; **Emenda 10** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 11 do art. 84. Justificativa: A presente emenda visa à inclusão do montante das despesas derivadas de concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, de civis ou militares, nas ações orçamentárias específicas, sem que se dependa da concessão de créditos adicionais abertos por decreto do Poder Executivo para implementar as despesas correspondentes; **Emenda 11** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 12 do art. 84. Justificativa: A presente emenda visa suprimir dispositivo que traz restrições desnecessárias para admissão de candidatos aprovados em concursos públicos, uma vez que o Anexo V da Lei Orçamentária já estabelece os limites para essas despesas; **Emenda 12** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 95. Justificativa: A presente emenda visa permitir aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério

Público da União e à Defensoria Pública da União propor reajuste dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, possibilitando, ao menos, a correção monetária desses benefícios; **Emenda 13** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do art. 120. Justificativa: A presente emenda visa modificar dispositivo que determina a publicação do RGF no SICONFI pelos titulares dos órgãos para que tal publicação fique a cargo das unidades operacionais.

Câmara dos Deputados, de junho de 2016.


WALDIE MARANHÃO
Primeiro-Vice-Presidente no exercício da Presidência


GIACOBO
Segundo-Vice-Presidente


BETO MANSUR
Primeiro-Secretário


MARA GABRIELLI
Terceira-Secretária


FELIPE BORNIER
Segundo-Secretário


ALEX CANZIANI
Quarto-Secretário



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20ZN	Promoção dos Direitos Humanos	163
2	210H	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	34
3	20UF	Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	253

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Item 64	Aditiva
5	Item 64	Aditiva
6	Item 64	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	3
Total	6

AUTOR DA EMENDA

5030 - Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

Autor:

Jejei Camp...

Credenciado:

[Assinatura] 5323

Chave de Segurança: 68345

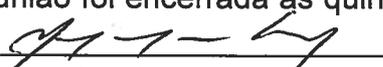
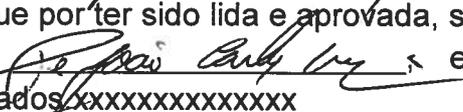
Lote: 10083

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 06 de julho de 2016

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no Anexo II, Plenário 09 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Padre João - Presidente; Nilton Tatto- Primeiro Vice-Presidente, Lincoln Portela, Pr. Marco Feliciano, Sóstenes Cavalcante, Vitor Valim, Erika Kokay, Paulo Pimenta, Flavinho, Janete Capiberibe, e Chico Alencar, - Titulares; Eduardo Bolsonaro, Patrus Ananias, Luiz Couto, Daniel Coelho, Keiko Ota e Jean Wyllys - Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Arnaldo Jordy, Franklin Lima, Ronaldo Nogueira, Anderson Ferreira, Delegado Éder Mauro, Elizeu Dionizio, Ezequiel Teixeira, Alan Rick, Iracema Portella, Major Olímpio, Marcelo Aguiar, Ronaldo Fonseca, Capitão Augusto, Pepe Vargas, Vicentinho, Luiza Erundina, e Paulo Martins. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 1º, 08, 09, 15 e 16 de junho 2016. Em votação, as Atas foram aprovadas. **ORDEM DO DIA: A) DELIBERAÇÃO DE EMENDAS DA CDHM À LDO - 2017 – I) EMENDAS DE INCLUSÃO DE METAS: EMENDA Nº 01 - Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. APROVADA. EMENDA Nº 02 - Programa: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. Ação: Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial. APROVADA. EMENDA Nº 03 - Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Ação: Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. APROVADA. II) EMENDAS DE TEXTO À LDO: EMENDA ADITIVA Nº 1 - Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - anexo III, item 64. APROVADA. EMENDA ADITIVA Nº 2 - Programa: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial - anexo III, item 64. APROVADA. EMENDA ADITIVA Nº 3 - : Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - anexo III, item 64. APROVADA. B) DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTOS: 1 - **Requerimento nº 37/2016** – do Sr. Patrus Ananias – que requer a **convocação** do Ministro-Chefe Interino do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen, para prestar pessoalmente informações à Comissão de Direitos Humanos e Minorias acerca de declaração publicadas pela imprensa sobre as atividades a serem realizadas por este Gabinete. **APROVADO.** Alterando “convocação” para pedido de informação”. 2 - **Requerimento nº 38/2016** – dos Srs. Patrus Ananias e Paulo Teixeira – que requerem a realização de audiência pública e**

diligências para tratar sobre o homicídio de um garoto de 10 anos decorrente de intervenção policial no Município de São Paulo (SP). **APROVADO. 3 - Requerimento nº 39/2016** – da Sra. Erika Kokay – que requer a realização de **audiência pública** para debater a situação do Sistema Prisional do Distrito Federal. **APROVADO. 4 - Requerimento nº 40/2016** – da Sra. Erika Kokay – que requer a criação, no âmbito deste Colegiado, da Comissão da Verdade sobre os Manicômios no Brasil, para resgatar a memória e a história dos holocaustos, na perspectiva de romper com a lógica manicomial e contribuir para a implementação da reforma psiquiátrica. **APROVADO 5 - Requerimento nº 41/2016** – do Sr. Nilto Tatto – que requer seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Cidadania do Governo Interino, Alexandre de Moraes, para prestar esclarecimentos e apresentar as justificativas da edição da Portaria nº 611, de 10 de junho de 2016, incluindo os estudos de impacto nas ações de Direitos Humanos do Governo Federal. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 6 - Requerimento nº 42/2016** – do Sr. Patrus Ananias – que requer a realização de audiência pública para discutir o crescimento exponencial da violência no campo e as políticas públicas que fazem enfrentamento a esta violência. **APROVADO. Subscrito pelo deputado Nilto Tatto. 7 - Requerimento nº 43/2016** – do Sr. Padre João – que requer a realização de audiência pública alusiva aos 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao papel do Conselho Nacional dos Direitos da Criança, órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, instituído pelo Artigo 88 da lei no 8.069/90. **APROVADO. 8 - Requerimento nº 44/2016** – do Sr. Padre João – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública alusiva ao 37º aniversário da Lei da Anistia, dia 29 de agosto, para tratar de assuntos concernentes ao funcionamento da Comissão de Anistia, especialmente a continuidade de suas ações e metas. **APROVADO. 9 - Requerimento nº 45/2016** – do Sr. Padre João – que requer a realização de diligências para participação de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiências públicas a serem realizadas por comissões análogas de assembleias legislativas e câmaras municipais para debater e ouvir denúncias sobre a situação dos direitos humanos no país e a capacidade dos órgãos de Estado em responder às demandas de garantia de direitos fundamentais. **APROVADO. 10 - Requerimento nº 46/2016** – do Sr. Padre João – que requer, nos termos do RICD, art. 24, inciso III, a realização audiência pública para debater a situação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. **APROVADO. 11 - Requerimento nº 47/2016** – do Sr. Padre João – que requer, nos termos regimentais, a realização de ato público comemorativo do Dia Internacional dos Povos Indígenas, que se comemora em 09 de agosto, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para apoiar a garantia de condições de existência minimamente dignas aos povos indígenas de todo o planeta. **APROVADO. 12 - Requerimento nº 48/2016** – do Sr. Padre João – que requer, nos termos do RICD, art. 24, inciso III, a realização audiência pública para debater a criminalização de movimentos sociais. **APROVADO. 13 - Requerimento nº 49/2016** – do Sr. Padre

João – que requer o encaminhamento de pedido de informação aos Ministros da Justiça e de Cidadania, das Relações Exteriores e do Planejamento, a respeito das providências administrativas tomadas para que o Estado Brasileiro garanta, de maneira imediata e adequada por meio da efetivação de contribuição financeira voluntária, a preservação das atividades de proteção e promoção dos direitos humanos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), acometida atualmente por grave crise financeira. Solicita, ainda, informações sobre a existência de previsão de contribuição a ser realizada no presente exercício financeiro pelo Estado Brasileiro, em face da situação emergencial da CIDH. **APROVADO. 14 - Requerimento nº 50/2016** – do Sr. Padre João - que requer a participação de representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no 13º Fórum de Educação Popular, a ser realizado de 19 a 23 de julho, no Campus da Universidade Federal de Pernambuco, no qual haverá, entre outras atividades relacionadas aos direitos humanos, uma plenária específica sobre esse tema, no dia 23 de julho. **APROVADO. 15 - Requerimento nº 51/2016** – do Sr. Padre João – que requer o convite do Ministro do Desenvolvimento Social interino, Osmar Terra, para prestar esclarecimentos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. **APROVADO**, com alteração, sugerida pelo Deputado Sóstenes Cavalcante e aceita pelo autor do requerimento, de se realizar a reunião em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família. **16 - Requerimento nº 52/2016** – do Sr. Luiz Couto – que requer a realização de audiência pública sobre o Tema: "Direitos Humano e Diversidade Religiosa, o Combate à Intolerância Religiosa, a Liberdade Religiosa e a Laicidade do Estado". **APROVADO. 17 - Requerimento nº 53/2016** – do Sr. Nilto Tatto – que requer a realização de audiência pública para debater sobre as lacunas e desafios das políticas públicas e da garantia de direitos que atendam às especificidades e demandas da população em situação de rua. **APROVADO. 18 - Requerimento nº 54/2016** – do Sr. Nilto Tatto – que requer a realização de Seminário a se realizar na cidade de São Paulo/SP para debater sobre as lacunas e desafios das políticas públicas e da garantia de direitos que atendam às especificidades e demandas da população em situação de rua. **APROVADO. 19 - Requerimento nº 55/2016** – dos Srs. Paulo Pimenta, Paulo Teixeira, Chico D'Ângelo e Wadih Damous – que requerem a realização de diligência e audiência pública, conjunta com a Comissão de Cultura, para discutir censura e denúncia de assédio judicial sofrida por Jornalistas. **APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa para lavratura da Ata, a qual foi submetida a votação e aprovada por unanimidade dos presentes. A presente reunião foi encerrada às quinze horas e cinquenta e nove minutos. E, para constar, eu , Márcio Marques de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Padre João  e publicada no Diário da Câmara dos Deputados xxxxxxxxxxxxxxxx



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	700.000
2	8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	27.000
3	20RP	Infraestrutura para a Educação Básica	5.000

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Inciso XXXIV	Aditiva
5	Inciso XXIV	Modificativa
6	Artigo 109 Inciso XVII	Aditiva
7	Artigo 21	Aditiva
8	Artigo 4	Modificativa
9	Artigo 7 Parágrafo 11 Inciso I	Modificativa
10	Artigo 7 Parágrafo 11 Inciso VII	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	7
Total	10

AUTOR DA EMENDA

5005 - Comissão de Educação CE

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 39942

Lote: 9962



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
55ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 14ª REUNIÃO,
ORDINÁRIA DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2016

Às onze horas e vinte e três minutos do dia 06 de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Educação no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Arnaldo Faria de Sá - Presidente; Pedro Fernandes, Josi Nunes e Damião Feliciano - Vice-Presidentes; Alan Rick, Aliel Machado, Ana Perugini, Átila Lira, Danilo Cabral, Diego Garcia, Elizeu Dionizio, George Hilton, Giuseppe Vecci, Givaldo Vieira, Glauber Braga, Izalci, Lobbe Neto, Mariana Carvalho, Moses Rodrigues, Nilson Pinto, Pedro Cunha Lima, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raquel Muniz, Rogério Marinho e Ságua Moraes - Titulares; Beto Rosado, Delegado Waldir, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Flavinho, Lincoln Portela, Marx Beltrão, Odorico Monteiro, Orlando Silva, Paes Landim, Paulo Azi, Saraiva Felipe e Wilson Filho – Suplentes. Compareceu também o Deputado Val Amélio, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Alice Portugal, Angelim, Bacelar, Caio Narcio, Celso Jacob, Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Leonardo Monteiro, Pedro Uczai, Pr. Marco Feliciano, Professor Victório Galli, Professora Marcivania, Reginaldo Lopes, Sergio Vidigal, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu. O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as Atas das 11ª e 12ª de Reuniões Ordinárias, realizadas em 21 de junho, e da 13ª Reunião, realizada em 28 de junho, do presente ano. Foi dispensada a leitura, atendendo ao pedido do Deputado Lobbe Neto. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE E DESIGNAÇÃO DE RELATORIAS:** Nos termos do art. 50, inciso II, do Regimento Interno, o Presidente informou que foram distribuídas cópias da lista dos expedientes recebidos pela Comissão e das designações de relatoria feitas no período de 17 de junho a 05 de julho de 2016 do corrente ano, que passam a integrar esta Ata, dispensando, assim, a leitura. **ORDEM DO DIA:** O Presidente anunciou a deliberação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentárias PLDO 2017 (PLN 2/2016). O Presidente informou que a Comissão recebeu ao todo vinte emendas, sendo treze de inclusão de metas e sete de redação. Informou, ainda, que foram selecionadas, após análise técnica e de abrangência, as três que poderiam ser encaminhadas como de autoria da Comissão de Educação, são elas: 1- Infraestrutura para a Educação Básica. Programa: 2080. Ação: 20RP. Acréscimo de meta: 5.000 (i); 2 -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Programa: 2080. Ação 20RL. Acréscimo de meta: 700.000 (v); e 3 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. Programa: 2080. Ação: 8282. Acréscimo de meta: 27.000 (iii). Fizeram o uso da palavra o Deputado Átila Lira e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Em votação, foram aprovadas as sugestões de emendas de meta propostas. Foram aprovadas, também, todas as emendas de redação: 1 – Tipo: Aditiva, referência: Inciso XXXIV; 2 – Tipo: Modificativa, referência: Inciso XXIV; 3 – Tipo: Aditiva, referência: Artigo 109, Inciso XVII; 4 – Tipo: Aditiva, referência: Artigo 21; 5 – Tipo: Modificativa, referência: Artigo 4; 6- Tipo: Modificativa, referência: Artigo 7, Parágrafo 11, Inciso I e 7 – Tipo: Aditiva, referência: Artigo 7, Parágrafo 11, Inciso VII . O Presidente anunciou a deliberação dos requerimentos constantes da pauta. 1 - REQUERIMENTO Nº 201/16 - do Sr. Orlando Silva - que "requer a realização de audiência pública para debater com a as entidades da Sociedade Civil, pesquisadores e CAPES a institucionalização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) enquanto política de Estado". O autor encaminhou o requerimento. Subscreveu o Deputado Glauber Braga. Em votação, foi aprovado o requerimento, com alteração para que seja realizada em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa. 2 - REQUERIMENTO Nº 202/16 - do Sr. Glauber Braga - que "requer a realização Audiência Pública da Comissão de Educação, para celebrar os cinquenta anos da Recomendação da Unesco e OIT, de outubro de 1966 , acerca do estatuto dos professores e debater o cumprimento de suas diretrizes pelo Brasil". Em votação, foi aprovado o requerimento. 3 - REQUERIMENTO Nº 205/16 - dos Srs. Moses Rodrigues e Cabo Sabino que "requer a realização de Encontro das Comissões de Trabalho e Educação, no município de Fortaleza - CE, para discutir com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público as diferenças e respectivas repercussões dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física". O autor encaminhou o requerimento. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende fez uso da palavra. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4 - REQUERIMENTO Nº 206/16 - dos Srs. Moses Rodrigues e Cabo Sabino - que " Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trabalho, para discutir com a comunidade, entidades de classe e representantes do Poder Público as diferenças e respectivas repercussões dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física". O autor encaminhou o requerimento. Subscreveram os Deputados Átila Lira, Professora Dorinha Seabra Rezende e Raquel Muniz. Em votação, foi aprovado o requerimento, com alteração para que seja realizada em conjunto com a Comissão do Esporte. A Deputada Josi Nunes assumiu Presidência. 5 - REQUERIMENTO Nº 207/16 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "requer a realização de Audiência Pública conjunta

Edo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

com a Comissão de Viação e Transporte para discutir a viabilidade de utilização de dispositivo de retenção para transporte de crianças em veículos de transporte escolar.". O autor encaminhou o requerimento. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6 - REQUERIMENTO Nº 208/16 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "requer seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos (as) Senhores (as) : Secretário de Educação Básica - SEB/MEC, Marcos Antônio Viegas Filho - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, Luiz Roberto Alves - Representante do Conselho Nacional de Educação, Alessio Costa Lima - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Eduardo Deschamps - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, Priscila Cruz - Representante do movimento Todos pela Educação e Daniel Cara - Representante da Campanha Nacional pelo direito à Educação, para apresentação de trabalhos recentes do Tribunal de Contas da União na área da Educação". O autor encaminhou o requerimento. Em votação, foi aprovado o requerimento, com a inclusão de representante do Fórum Nacional de Educação entre os convidados. O Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, reassumiu Presidência. 7 - REQUERIMENTO Nº 209/16 - da Sra. Mariana Carvalho - que "requer a realização de Audiência Pública conjunta entre esta Comissão de Educação e a Comissão de Seguridade Social e Família para tratarmos dos impactos na vida dos alunos do curso de medicina das Universidades Federais em razão da suspensão do pagamento das bolsas de preceptores". Ausente a autora, subscreveram os Deputados Lobbe Neto e Átila Lira, que fez o encaminhamento. Em votação, foi aprovado o requerimento. 8 - REQUERIMENTO Nº 210/16 - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende - que "requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Senhor Abílio Baeta Neves, Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES); da Senhora Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); do Prof. Dr. Isac Almeida de Medeiros, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação - (FOPROP); e do Prof. Romualdo Portela de Oliveira, da Universidade de São Paulo e representante da Educação no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC/ES) da CAPES, para discutir as condições de financiamento dos programas de Pós-Graduação em Educação no âmbito da política para distribuição de recursos de custeio dos Programas de Pós-Graduação elaborada recentemente pela CAPES". A autora encaminhou o requerimento. Em votação, foi aprovado o requerimento. 9 - PROJETO DE LEI Nº 2.287/15 - do Senado Federal - Inácio Arruda - (PLS 378/2012) - que "concede anistia a aluno excluído do quadro discente de instituição federal de ensino superior, nos casos que especifica". Não

Exo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

deliberado. 10 - PROJETO DE LEI Nº 4.072/15 - do Senado Federal - Paulo Bauer - (PLS 353/2015) - que "denomina Campus Universitário Governador Luiz Henrique o campus da Universidade Federal de Santa Catarina situado no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina". O Relator, Deputado Lobbe Neto, usou da palavra para defender seu parecer pela aprovação. Discutiram a matéria os Deputados Ságuas Moraes, Glauber Braga e a Deputada Professora Dorinha Sebara Rezende. Vista ao Deputado Glauber Braga. 11 - PROJETO DE LEI Nº 7.014/13 - do Sr. Ademir Camilo - que "dá nova redação ao art. 64 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". Não deliberado. 12 - PROJETO DE LEI Nº 7.646/14 - do Sr. Lucio Vieira Lima - que "institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino". (Apensados: PL 8225/2014 e PL 209/2015). Não deliberado. 13 PROJETO DE LEI Nº 325/15 - do Sr. Goulart - que "dispõe sobre o fornecimento de uniforme e material escolar na educação básica". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.394, de 1996. O Vice-Presidente, Deputado Pedro Fernandes, assumiu a Presidência. A Relatora, Deputada Raquel Muniz, usou da palavra para defender seu parecer pela aprovação, com emendas. Discutiram a matéria a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e os Deputados Danilo Cabral, Marx Beltrão, Arnaldo Faria de Sá e Átila Lira. Retirado de pauta de ofício. 14 - PROJETO DE LEI Nº 1.504/15 - do Sr. Silas Freire - que "modifica a Lei nº 12.858, de 2013, alterando o artigo 1º, caput e §3º do artigo 2º da lei em questão, para acrescer a área de segurança pública na participação do resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural, visando atender a disposição contida no art. 144 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.". Retirado de pauta de ofício. O Deputado Glauber Braga usou da palavra para esclarecer sobre o Parecer ao PLP 413, de 2014, que trata do Sistema Nacional de Educação. Em função de o prazo para o encaminhamento das Emendas da Comissão se encerrar hoje, dia seis de julho, o Presidente colocou em votação a Ata da presente Reunião que, em votação, foi aprovada sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e convocou para o Seminário Internacional sobre o Marco Legal da Primeira Infância, para a hoje, quarta-feira, às catorze horas, no plenário 2; Reunião de Audiência Pública, terça-feira, dia doze de julho, às catorze horas e trinta minutos; e Reunião Ordinária Deliberativa para quarta-feira, dia treze de julho, às dez horas para deliberar os itens constantes de pauta e encerrou a reunião às doze horas e vinte e um minutos. E, para constar, eu, Eugênia S. Pestana, Eugênia S. Pestana, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Arnaldo Faria de Sá, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião foi



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20JP ✓	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social	5.000.000 ✓
2	14TR ✓	Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte - CIE	100 ✓
3	5450 ✓	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	5.000 ✓

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5006 - Comissão do Esporte - CESPO

Autor:

Chave de Segurança: 44193

Credenciado:

Lote: 10066



COMISSÃO DO ESPORTE

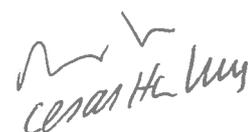
55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2016

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão do Esporte, no Anexo II, Plenário 04 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados: César Halum - Presidente; Roberto Alves e Fábio Mitidieri - Vice-Presidentes; Andres Sanchez, Edinho Bez, Fabio Reis, Fernando Monteiro, João Derly, José Airton Cirilo, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Góes e Valadares Filho - Titulares; Adelson Barreto, Arnaldo Jordy, Carlos Eduardo Cadoca, Evandro Roman, Flávia Moraes, Goulart, Leo de Brito, Marcelo Matos, Pedro Chaves, Professora Dorinha Seabra Rezende e Silvio Torres – Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Esperidião Amin, Evair Vieira de Melo, Tenente Lúcio, Valtenir Pereira e Weliton Prado, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Afonso Hamm, Danrlei de Deus Hinterholz, Deley, Hélio Leite, Hiran Gonçalves, João Fernando Coutinho, José Rocha, Márcio Marinho e Rogério Marinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental de parlamentares, o Presidente, Deputado César Halum, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 15 de junho de 2016. O Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de dispensa de leitura da ata, tendo em vista que essa foi enviada previamente aos parlamentares. O Plenário aprovou a dispensa de leitura. Em votação, a ata foi aprovada. O Deputado Fernando Monteiro fez uso da palavra para expor sua preocupação com a recente notícia da adulteração de resultados em jogos de futebol e sugeriu que a Comissão acompanhe o desdobramento do caso e possa, dentro de suas atribuições, tomar providências. Manifestaram-se também, no mesmo sentido, os Deputados Roberto Góes e Evandro Roman. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que recebeu felicitações, em virtude da posse na Presidência da Comissão, do Deputado Alexandre Leite, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Também comunicou que a Secretaria da Comissão recebeu as justificativas de ausência do Deputado Hélio Leite, referentes às reuniões ocorridas nos dias 11 e 18 de maio. Ainda, cientificou que estará participando, juntamente com os Deputados Fábio Mitidieri, Evandro Roman, Roberto Góes e Professora Dorinha Seabra Rezende, de Missão Oficial na Turquia para acompanhar e avaliar a

César Halum

GYMNASIADADE 2016 (Jogos Mundiais Escolares) e para encontros com autoridades do esporte do país, no período de 09 a 16 de julho. Por fim, fez um breve relato sobre a visita de representantes da Comissão às instalações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no dia 24 de junho. **ORDEM DO DIA: A – Emendas da Comissão do Esporte ao Projeto de Lei nº 02/2016 – CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2017).** O Presidente convidou para compor a Mesa o servidor Marcelo da Silva Costa, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados. O Deputado César Halum informou que a etapa de apresentação de emendas de Comissão ao Projeto de Lei nº 02/2016-CN (PLDO 2017) encerra-se hoje, às 19 horas. Dessa forma, foi dado aos Deputados membros da Comissão prazo até ontem, terça-feira, às 18 horas, para que enviassem suas sugestões de emendas. Encerrado o prazo para envio, foram recebidas as sugestões de emenda de inclusão de meta dos seguintes Deputados: César Halum, Professora Dorinha Seabra Rezende, Leo de Brito, Arnaldo Jordy, Hélio Leite, José Rocha, Goulart, Danrlei De Deus Hinterholz, Vicente Cândido, Flávia Moraes, Silvio Torres e Carlos Eduardo Cadoca. Ato contínuo, o Presidente apresentou as quatro sugestões de emendas de inclusão de meta para apreciação do Plenário: (i) **Sugestão de Emenda de Inclusão de Meta nº 1:** Ementa: Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social; Produto (unidade de medida): pessoa beneficiada (unidade); Acréscimo de meta: 5.000.000. Sugestão de iniciativa dos Deputados César Halum, Professora Dorinha Seabra Rezende, Leo de Brito, Arnaldo Jordy e Hélio Leite. O Deputado Silvio Torres subscreveu a sugestão de emenda. (ii) **Sugestão de Emenda de Inclusão de Meta nº 2:** Ementa: Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Produto (unidade de medida): Espaço implantado/modernizado (unidade); Acréscimo de meta: 5.000. Sugestão de iniciativa dos Deputados César Halum, Arnaldo Jordy, José Rocha, Goulart, Professora Dorinha Seabra Rezende, Danrlei de Deus Hinterholz, Hélio Leite, Vicente Cândido e Flávia Moraes. O Deputado Silvio Torres subscreveu a sugestão de emenda. (iii) **Sugestão de Emenda de Inclusão de Meta nº 3:** Ementa: Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 14TR Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE; Produto (unidade de medida): Espaço implantado


César Halum

(unidade); Acréscimo de meta: 100. Sugestão de iniciativa dos Deputados César Halum, Professora Dorinha Seabra Rezende e Silvio Torres. (iv) **Sugestão de Emenda de Inclusão de Meta nº 4**: Ementa: Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 20JQ Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social; Produto (unidade de medida): Evento apoiado (unidade); Acréscimo de meta: 5.000. Sugestão de iniciativa dos Deputados Hélio Leite e Carlos Eduardo Cadoca. As sugestões de emendas foram discutidas pelos Deputados João Derly, Evandro Roman, Raimundo Gomes de Matos, Armaldo Jordy, Silvio Torres, Roberto Alves e Goulart. Em votação, foram aprovadas as Sugestões de Emendas de Inclusão de Meta nº 1, 2 e 3, as quais se tornam, então, as emendas da Comissão: (i) **Emenda de Inclusão de Meta da Comissão do Esporte nº 1**: Ementa: Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social; Produto (unidade de medida): pessoa beneficiada (unidade); Acréscimo de meta: 5.000.000. (ii) **Emenda de Inclusão de Meta da Comissão do Esporte nº 2**: Ementa: Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Produto (unidade de medida): Espaço implantado/modernizado (unidade); Acréscimo de meta: 5.000. (iii) **Emenda de Inclusão de Meta da Comissão do Esporte nº 3**: Ementa: Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE; Programa: 2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento; Ação: 14TR Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE; Produto (unidade de medida): Espaço implantado (unidade); Acréscimo de meta: 100. **B – REQUERIMENTOS: 1 - REQUERIMENTO Nº 114/16** - do Sr. Evandro Roman - que "requer a realização de nova Mesa Redonda para debater a segunda etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto". O autor encaminhou a votação, sugerindo convidar também representante do Ministério da Saúde. O Deputado João Derly subscreveu o requerimento. Em votação, o requerimento foi aprovado, com inclusão de um representante do Ministério da Saúde. **2 - REQUERIMENTO Nº 115/16** - do Sr. Evandro Roman - que "requer a realização de missão oficial para Austrália e Nova Zelândia com o objetivo de conhecer o sistema nacional esportivo nesses dois países". O autor encaminhou a votação. Os Deputados Marcelo Matos, Roberto Góes e João Derly subscreveram o requerimento. Em votação, o


Cesar Halum

requerimento foi aprovado. 3 - REQUERIMENTO Nº 116/16 - do Sr. Fábio Mitidieri - que "requer convite à cidadãos para esclarecer denúncias de desvio de verbas públicas repassadas por convênios do Ministério do Esporte". O autor encaminhou a votação. Foi solicitado convidar também os senhores Marcio Albuquerque e Jovane Guissone. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e os Deputados João Derly, Marcelo Matos e Roberto Góes subscreveram o requerimento. Em votação, **o requerimento foi aprovado, com inclusão dos senhores Marcio Albuquerque e Jovane Guissone.** O Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Roberto Alves a fim de que pudesse encaminhar requerimento de sua autoria. **4 - REQUERIMENTO Nº 117/16** - do Sr. César Halum - que "requer a realização de Audiência Pública sobre o balanço de 1 ano da aplicação da lei do futebol, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, n.º 13.155, de 04 de agosto de 2015". O autor encaminhou a votação. O Deputado Andres Sanchez sugeriu convidar também um representante da Receita Federal. Os Deputados Roberto Góes, Andres Sanchez e Silvio Torres subscreveram o requerimento. Em votação, **o requerimento foi aprovado, com a inclusão de representante da Receita Federal.** O Deputado César Halum reassumiu a presidência. **C - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. 5 - PROJETO DE LEI Nº 1.429/07** - do Sr. Silvio Torres - que "altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998". (Apensado: PL 3786/2008) EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece que a seleção brasileira de futebol integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social. RELATOR: Deputado JOÃO DERLY. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3786/2008, apensado. **Vista concedida ao Deputado Roberto Góes. 6 - PROJETO DE LEI Nº 5.110/16** - do Sr. Professor Victório Galli - que "dispõe sobre a Instituição do "Passe Livre Atleta" para atletas de todas as modalidades esportivas devidamente registrados em suas respectivas federações". RELATOR: Deputado VALADARES FILHO. PARECER: pela aprovação. **Retirado de pauta de ofício.** A reunião foi suspensa para que esta Ata pudesse ser finalizada. Ao reiniciar a reunião, a Ata foi colocada em apreciação. Sua leitura foi dispensada. Em votação, a Ata foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** Às quinze horas e cinquenta e oito minutos, não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, porém, convocou os parlamentares para participarem da Audiência Pública da Subcomissão Especial para a Realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, que visa a discutir a preparação da delegação dos atletas, com a participação do Minas Tênis Clube, Esporte Clube Pinheiros, Clube de Regatas do Flamengo e Sociedade de Ginástica Porto Alegre, a se realizar no dia 13 de

César Halum

julho, às 14h30 no plenário 4. E, para constar, eu Lindberg, Lindberg Aziz Cury Júnior, Secretário-Executivo da Comissão, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado César Halum, César Halum, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.